

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTÁBEIS E ATUÁRIAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GUILHERME FERNANDES DE AVILA

**O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA
HISTÓRICA: UMA ANÁLISE DOS ARGUMENTOS E DADOS ATUALIZADOS 1995
A 2023**

SÃO PAULO - SP

2024

GUILHERME FERNANDES DE AVILA

**O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA
HISTÓRICA: UMA ANÁLISE DOS ARGUMENTOS E DADOS ATUALIZADOS 1995
A 2023**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuárias da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação de Prof. Dr. Antônio Carlos de Moraes

SÃO PAULO - SP

2024

PÁGINA DE APROVAÇÃO

Essa monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____ (_____)

Nomes legíveis dos examinadores (orientador e demais membros da banca)

O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP. Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Avila, Guilherme Fernandes.

O processo de desindustrialização brasileiro em perspectiva histórica:
uma análise dos argumentos e dados atualizados 1995 a 2023 /
Guilherme Fernandes de Avila – São Paulo, 2024, 51p

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências
Econômicas

Orientador: Antonio Carlos de Moraes

1. Desindustrialização; 2. Financeirização; 3. Política Industrial
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuariais

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente o auxílio direto e indireto de todos aqueles que contribuíram para a conclusão deste trabalho e superação dos demais desafios da vida acadêmica e profissional.

Ao professor orientador Antônio Carlos pela paciência, grandes ideias, apontamentos e correções que viabilizaram a conclusão deste trabalho e certamente ainda contribuirão imensamente para os demais trabalhos futuros que realizarei;

Ao professor orientador Áquilas cuja ajuda foi fundamental para concepção do tema e estrutura deste trabalho; com contribuições fundamentais para os estágios iniciais.

A todos os professores, trabalhadores e colegas da FEA-PUC que contribuíram imensamente para minha formação não apenas acadêmica, mas como indivíduo dotado de consciência social e pensamento crítico. Obrigado pelos muitos anos de conhecimento compartilhado;

Aos amigos e colegas da FIESP, que me ajudaram imensamente a conceber e realizar trechos importantes deste trabalho e contribuíram para meu desenvolvimento profissional.

Aos meus pais Márcia e Rogério que me apoiaram incondicionalmente e estiveram a meu lado em todas as etapas da graduação e da vida e cujo apoio certamente foi responsável por viabilizar, de uma forma ou de outra, todas as minhas pequenas e modestas conquistas.

Aos meus demais familiares em outros estados e países. Saibam que nem o tempo nem a distância são capazes de abrandar o carinho e a saudade que mantenho por todos.

Aos meus amigos que aparam o peso da vida nos momentos difíceis e a fazem valer a pena na partilha dos momentos felizes.

RESUMO

O trabalho se propõe a discutir a possível desindustrialização precoce do Brasil através do levantamento de bibliografia relevante e análise de dados recentes acerca do setor industrial, primeiramente contextualiza brevemente as transmutações recentes do capitalismo que o levaram a sua fase atual financeirizada, depois discorre sobre o curso da industrialização brasileira no bojo dessas transformações e por fim discorre sobre o processo de desindustrialização precoce. A análise da bibliografia demonstrou certo consenso dos autores estudados acerca da perda de importância do setor industrial em escala e intensidades que não condizem com processos naturais ocorridos em outros países em estágios de desenvolvimento mais avançados, principalmente se tratando de setores de alta e média-alta tecnologia. Os dados analisados, relativos à participação do setor no PIB e balança comercial, corroboram com esse consenso ao passo que constata a redução e/ou estagnação do setor, apontando elevada dependência externa e baixa competitividade internacional.

Palavras-chave: Desindustrialização; Financeirização; Política Industrial

ABSTRACT

The study discusses the possibility of a precocious deindustrialization process in Brazil through the gathering and analysis of relevant articles and the analysis of up-to-date indicators about the industrial sector. It first briefly contextualizes the recent transformations of capitalism that have led to its current financialized phase, then discusses the course of Brazilian industrialization in the midst of these transformations, and finally addresses the process of premature deindustrialization. The analysis of relevant literature showed a certain consensus among the authors studied regarding the diminishing relevance of the industrial sector on a scale and intensity that does not correspond with natural processes that occurred in other countries at more advanced stages of development, especially regarding high and medium-high technology sectors. The data analyzed, relating to the sector's share of GDP and trade balance, corroborate this consensus by noting the reduction or stagnation of the sector, indicating high external dependence and low international competitiveness.

Keywords: *Deindustrialization; Financialization; Industrial Policy*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPITULO 1: EVOLUÇÃO, SURGIMENTO E CONSEQUENCIAS DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO.....	10
1.1 O CURSO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: DO PADRÃO OURO À FINANCEIRIZAÇÃO.....	12
1.1.1 O capitalismo monopolista e o padrão ouro.....	12
1.1.2 O colapso do padrão-ouro, <i>Bretton Woods</i> e o pós-guerra.....	15
1.1.3 Consenso de Washington e a nova financeirização mundial	17
1.1.4 A crise da dívida latino americana.....	18
1.1.5 O decálogo de Washington	19
CAPITULO 2: O CURSO E AS PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO: DO APOGEU À DESINDUSTRIALIZAÇÃO	20
2.1 A INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA E AS PARTICULARIDADES DO CASO BRASILEIRO.....	20
2.1.1 O crescimento dependente do Brasil e dos demais países de industrialização tardia.....	21
2.1.2 A participação do Estado na gênese da indústria brasileira	23
2.2 BREVE PANORAMA DO CURSO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA PÓS-1945.....	25
2.2.1 Crise política e desaceleração	27
2.2.2 As reformas de base e a estabilização	28
2.2.3 Retomada do crescimento e o “milagre econômico”	28
2.2.4 Anos 1970, I e II PND e o primeiro choque do petróleo	30
2.3 AS CRISES DOS ANOS 1980 E 1990: INFLAÇÃO, LIBERALISMO E ESTABILIZAÇÃO.....	32
2.3.1 Plano Real, abertura comercial e os possíveis efeitos sobre a indústria.....	33
CAPITULO 3: DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE, CONCEITUALIZAÇÃO, ESTUDOS E INDICADORES	35
3.1 INDUSTRIALIZAÇÃO E POLÍTICA ECONÔMICA	35
3.1.1 Possíveis causas da desindustrialização natural e precoce.	37
3.1.2 A desindustrialização brasileira segundo a literatura.	37
3.2 INDICADORES ATUALIZADOS SOBRE A QUESTÃO	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
5 REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O Brasil, assim como outros países chamados emergentes ou em desenvolvimento, passou por um processo de industrialização tardio, passando a maior parte de sua história como exportador de commodities, o país começa a primeira fase do processo de industrialização em meados do século XX durante a crise dos anos 1930, que incorreu em um processo de substituição de importações. (FURTADO, 2007. Parte 5ª, capítulos 32 e 33). Posteriormente, após a II Guerra Mundial, a chamada era Vargas inaugurou uma era de avanços e investimentos na indústria pesada, porém, esse processo não se mostrou linear, visto que nas últimas décadas o país parece passar por um processo de desindustrialização, com o crescimento expressivo do setor de serviços em detrimento do setor industrial. Segundo alguns autores, o cenário mundial de financeirização do capitalismo, somando-se a forte aderência do país ao consenso liberalizante após a década de 90, contribuíram para que o país não acompanhasse o progresso tecnológico decorrente da Terceira onda de inovações ou Terceira Revolução Industrial. (RIFKIN. 2021).

Segundo (NASSIF; MORTEIRO. 2021: 9), o Brasil, mesmo após inúmeras tentativas durante o século XX de consolidar permanentemente a indústria através de estratégias com amplitude nacional, nunca conseguiu estabelecer esse setor com solidez em virtude de problemas como: Ausência de políticas industriais a partir dos anos noventa; um regime de câmbio sobrevalorizado e grande abertura comercial, além de outras medidas liberalizantes adotadas a partir do governo Collor. Segundo (CANO. 2012: 151), o Plano Real ajuda a consolidar esse processo em meados dos anos 1990, prejudicando a competitividade da indústria nacional ao estimular importações de bens de consumo de nações com parques industriais mais desenvolvidos, o país então acaba, finalmente, se consolidando internacionalmente como exportador de commodities, um marcado retrocesso no percurso rumo ao desenvolvimento socioeconômico da nação.

Estes fatos se mostram preocupantes em um país como o Brasil, à medida que, na condição de país emergente de industrialização tardia, nunca consolidou os setores de bens de capital e de transformação (DI e DII) de forma definitiva, fato que o separa de países em estágios mais avançados de desenvolvimento tecnológico-industrial que, hoje, passam pelo mesmo processo, muitas vezes considerado “natural” dado o cenário econômico global em que estão inseridos. Os impactos dessa desindustrialização “precoce” nos países em desenvolvimento são especialmente alarmantes, pois como apontam (NASSIF; MORTEIRO.

2021: 8); a indústria se diferencia dos setores primário e terciário como força motriz do desenvolvimento, ao passo que, segundo correntes heterodoxas, se coloca como principal fomentador de progresso técnico que, por sua vez, resulta em maiores ganhos de escala. Dessa forma, a indústria ainda é uma das maiores fontes de crescimento e desenvolvimento das economias, tanto nos países desenvolvidos quanto nos emergentes. Sendo assim, podemos inferir que os impactos da crise industrial brasileira possivelmente põem grandes entraves às possibilidades de desenvolvimento e crescimento do país (NASSIF; MORTEIRO. 2021: 8 -13).

Dado estes fatos e hipóteses, é importante analisar com profundidade as raízes do processo de desindustrialização brasileiro a fim de fomentar discussões sobre mudanças de curso no projeto de desenvolvimento do país, que hoje, parece relegado a seguir a agenda agroexportadora sem maiores questionamentos e planos, se contentando com uma posição de exportador de commodities em uma cruel divisão internacional do trabalho que apenas beneficia os países já desenvolvidos (CHANG, 2004).

O objetivo deste trabalho é contribuir para a discussão acerca do processo de desindustrialização brasileira através de pesquisa descritiva qualitativa, contando com breve contextualização histórica do setor no Brasil. O primeiro capítulo trata sucintamente do contexto internacional, a evolução e desenvolvimento do capitalismo financeirizado ao longo do século XX e da posição das nações de industrialização tardia neste oscilante cenário mundial, o segundo capítulo trata sucintamente do contexto brasileiro, do processo de industrialização por substituição de importações de seu surgimento até seu esgotamento, o terceiro capítulo trata do processo de desindustrialização nos últimos anos, conta com uma breve análise da bibliografia recente sobre o assunto e por fim, conta com a apresentação e análise de alguns indicadores atuais do setor, relevantes para o entendimento e constatação do problema em questão.

CAPÍTULO 1: EVOLUÇÃO, SURGIMENTO E CONSEQUENCIAS DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO

O longo curso de evolução do capitalismo global se deu em diversas fases ao longo de muitos séculos, em um complexo processo que as vezes torna nebulosa a percepção de que o estágio atual do capitalismo, o financeirizado, representa apenas a última e mais recente etapa de seu desenvolvimento, carregando consigo tanto contradições novas quanto seculares. O curso da adaptação brasileira ao capitalismo financeiro ocorre após o pioneirismo das nações de “centro” na empreitada principalmente a partir do final dos anos 1970. Coube ao país longo processo de adaptação a um novo consenso internacional que pregava a modernização através da abertura econômica.

Na posição de nação em desenvolvimento, o Brasil, fruto de suas condições materiais e históricas, passa a marchar a passos largos em direção a abertura econômica e ao capitalismo global financeirizado a partir da redemocratização. Seguindo o novo consenso internacional conhecido como decálogo de Washington a partir do governo Collor. A abertura comercial com a entrada em peso das multinacionais no mercado, a desregulamentação e políticas de austeridade serão políticas amplamente praticadas por este governo e por governos subsequentes. (GENNARI. 2002, p.34)

Desde então, se intensificou o debate sobre a real eficácia de tais políticas no que tange ao desenvolvimento e crescimento econômico em uma nação “periférica”, se o real efeito deste tipo de política não se traduziria realmente na manutenção de um suposto status quo global, com a preservação da posição privilegiada dos países do norte global na hierarquia do comércio internacional em detrimento dos países subdesenvolvidos, em uma nova e insidiosa forma de imperialismo.

Argumenta-se que os instrumentos utilizados pelos países centrais para que pudessem atingir o estágio em que se encontram nos dias de hoje, atualmente são considerados más-práticas por estes mesmos países a nível internacional, ativamente desestimulando os países periféricos a adotarem as práticas desenvolvimentistas e intervencionistas que utilizaram, como que em uma ação metafórica que envolve “chutar a escada” para manter os subdesenvolvidos em seus devidos lugares na cadeia global. Ao passo que durante décadas no curso de seu desenvolvimento, os países do centro do capitalismo utilizaram amplamente estratégias como o protecionismo, isolacionismo, a ampla participação do estado na posição de coordenador e investidor etc. (CHANG. 2002) (VERNENGO. 2014, p. 77)

As políticas que preveem o avanço da financeirização no Brasil ainda se mostram possivelmente preocupantes ao passo que, historicamente, estão associadas a desaceleração dos processos industrializantes, característica de países em estágios mais maduros de desenvolvimento do capitalismo, realidade muito diferente da brasileira. Estas políticas podem, dessa forma, sabotar ativamente o processo de desenvolvimento brasileiro à medida que o setor industrial foi, e ainda é, uma das principais forças motrizes do desenvolvimento, principal fomentadora do progresso técnico e social, através de crescentes ganhos de escala (NASSIF; MORTEIRO. 2021, p. 8)

A questão é, como desenvolver um país ignorando grande parte dos artifícios utilizados historicamente pelas nações exitosas? Certamente, o cenário mudou ao longo das décadas, e não se pode adotar velhas estratégias e planos sem o devido escrutínio, mas os articuladores de política econômica não deveriam ignorar o valor de políticas desenvolvimentistas, visto que carece de exemplos países que, através da adoção das modernas práticas neoliberais efetivamente venceram o subdesenvolvimento, pelo contrário, se constata no capitalismo financeiro uma retomada de movimentos de concentração de riqueza, polarização e desigualdade presentes em fases anteriores do capitalismo, marginalizando continentes e subcontinentes inteiros, relegados a atender as necessidades das nações centrais na função de fornecedores de matérias primas e mercado consumidor. (CHESNAIS. 2001: 23)

Sob essa ótica, o primeiro capítulo deste trabalho desenvolverá primeiramente uma breve contextualização os diferentes estágios do capitalismo, seus efeitos nas economias brasileira e mundial.

1.1 O CURSO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: DO PADRÃO OURO A FINANCEIRIZAÇÃO.

O período que comprime o início do padrão ouro até a financeirização foi palco de severas transformações nos sistemas financeiro e econômico mundial ao longo do último século e além. A seguir o trabalho abordará, sucintamente, a evolução do capitalismo desde sua fase monopolista na era do padrão ouro até suas transformações desencadeadas pela financeirização e processos de 'liberalização' global a partir dos anos 1980.

1.1.1 O capitalismo monopolista e o padrão ouro

Segundo a periodização proposta por Netto (2011, p. 179), o capitalismo, sempre dotado de mobilidade e transformação “graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é sua marca”, sofre profundas e dinâmicas transformações desde a superação da ordem feudal até sua expansão mundial em sua fase concorrencial em meados do século XIX, onde superará as fronteiras Europeias em busca de novos mercados e da crescente busca pela acumulação. Na fase posterior, em meio as inovações da segunda revolução industrial, a fase concorrencial dará lugar ao chamado capitalismo monopolista, a concorrência desenfreada dará origem a grandes monopólios que controlam setores inteiros da indústria, a modificação do papel e grande aumento da importância dos bancos mudará o processo de acumulação. (NETTO, 2011, p. 188)

Os bancos, antes restritos ao papel de intermediários de pagamento, se tornarão grandes financiadores dos capitalistas, controlando enormes massas monetárias disponibilizadas para empréstimos, e posteriormente, passariam a participar dos negócios empresariais detendo parte destas empresas não apenas na posição de credores, mas através da compra de ações. Estes grandes financiadores também irão adquirir características monopolísticas a partir da concorrência. (NETTO, 2011; p. 189)

A união destes capitais monopolistas, industrial e bancário, darão origem a uma forma inédita de capital, que tomará o protagonismo em estágios futuros do desenvolvimento da acumulação capitalista, o capital financeiro. A primeira iteração deste capitalismo financeirizado foi articulada a partir das normas do padrão-ouro, durante a belle époque antes da eclosão da primeira guerra. De acordo com Belluzzo e Fiori (1998, p.91), essa estrutura

financeira da época coordenava a coexistência de forças contraditórias do arranjo internacional vigente, constituídas essencialmente por:

1) A consolidação da hegemonia financeira inglesa, exercida por meio das *acceptances houses* e dos bancos de depósito; 2) a exacerbação da concorrência entre Inglaterra e as novas economias industriais dos trustes e da grande corporação, nascidos na Europa e nos Estados Unidos; 3) a exclusão de massas trabalhadoras do processo político (inexistência do sufrágio universal); 4) a constituição de uma periferia “funcional”, fonte produtora de alimentos, matérias-primas e sobretudo, fronteira de expansão dos sistemas de crédito dos países centrais (BELLUZZO, Luís; FIORI, José; 1998, p. 93)

Esse período viu uma grande expansão do fluxo financeiro e de mercadorias a nível internacional centrado nas praças de Londres, com grande aumento das exportações e importações, era a primeira iteração de uma economia verdadeiramente mundializada, com a integração de uma grande variedade de mercadorias e de mercados e com a inclusão de países periféricos que, outrora, ficaram de fora destes processos. O câmbio global era pautado pelo padrão-ouro e a principal atribuição monetária dos países era garantir a conversibilidade de suas moedas.

Porém, essa maior integração também estabelecia os precedentes de uma certa divisão internacional do trabalho, ao passo que os países periféricos eram relegados a posição de exportadores de alimentos e matérias primas e mercado consumidor de produtos de maior valor agregado. Além disso, os países periféricos também representavam uma oportunidade de expansão das fronteiras dos sistemas de crédito dos países centrais, ao passo que o capital financeiro passa gradualmente a se tornar o controlador e articulador das outras formas de capital, a classe que detém o crédito se torna também gradualmente mais poderosa, tomando para si porções cada vez maiores das remessas de lucro do produto da indústria. (BELLUZZO; FIORI; 1998, p. 94)

Com a internacionalização das finanças, e inserção das instituições do centro do capitalismo em países da periferia, se consolida também um mercado de emissão e negociação de títulos de dívida privada e pública. O crescente endividamento dos países da periferia do sistema alimentou o processo de globalização das finanças, isso ocorria devido a problemas comumente enfrentados por esses países em relação principalmente ao seu de balanço de pagamentos e a alta liquidez internacional do período. (BELLUZZO; FIORI; 1998, p. 95)

O Brasil deste período, por exemplo, contava primeiramente com a desvalorização cambial para garantir o lucro do café, seu principal produto de exportação, o que encarecia as importações e causava fortes pressões sobre a balança comercial. Posteriormente, ao passo que

a manipulação cambial se torna insuficiente para a manutenção dos preços, o país ainda adotará medidas de proteção de preço que consistiam, entre outras medidas, na compra pelo estado do excedente produzido de café, compra que era financiada principalmente por empréstimos no exterior (FURTADO; 1959. p.236)

Sobre as consequências desse endividamento discorrem Belluzzo e Fiori (1998; p 95):

“A acumulação de estoques respeitáveis de dívida externa naturalmente gerava um contrafluxo, da periferia para o centro, correspondendo ao pagamento dos juros, cuja periodicidade era fixada contratualmente. Essa circunstância permitia, aos profissionais da arbitragem, a determinação do momento em que haveria uma concentração de compras de moeda estrangeira, da parte daqueles países com dificuldades para cobrir as necessidades de financiamento de seu balanço de pagamentos. As nações devedoras e deficitárias estavam, portanto, condenadas a defender, na maioria das vezes, em vão, a conversibilidade das suas moedas em relação ao ouro.” (BELLUZZO, Luís; FIORI, José; 1998, p. 95)

Os países do centro ainda contavam com possíveis ações dos bancos centrais, cuja principal atribuição passa a ser a manutenção do balanço de pagamentos e a defesa do valor externo da moeda. Quando a saída de ouro do país ameaçava a balança, estas instituições aumentavam as suas taxas de desconto para reduzir a liquidez interna e para atrair capitais estrangeiros, evitando a saída de ouro e garantindo a força e conversibilidade de suas moedas. Ainda que estas políticas gerassem choques deflacionários (que em certa medida eram dados como normal pelos agentes econômicos na época) a ação destes países, como Alemanha, Inglaterra e França, costumavam ser convenções quase coordenadas e, em momentos de depressão, a elevação das taxas de desconto e o subsequente fluxo de capitais para dentro permitia a estes países a amenização destes ciclos.

Estes países ainda se beneficiavam da queda de preços das matérias primas, alimentos e dos vultuosos influxos positivos de capitais de curto prazo oriundos dos países da periferia, que eram muito mais impactados por este tipo de crise que aqueles, crises estas que geralmente acarretavam consequências como queda de preços dos produtos primários, crises no balanço de pagamentos e por vezes até mesmo abandono temporário do lastro em ouro da moeda (BELLUZZO; FIORI, 1998, p. 95)

1.1.2 O colapso do padrão-ouro, *Bretton Woods* e o pós-guerra

Após os desdobramentos iniciais do capitalismo monopolista, e as primeiras grandes crises financeiras (culminando em 1879/96), o capitalismo, sempre dinâmico, atinge um estágio

onde as forças monopolistas das grandes potenciais, já difundidas internacionalmente, partilham e disputam o mundo em uma fase denominada imperialista.

Como descrito anteriormente, o capital financeiro romperá fronteiras em busca de novos mercados, realizando uma verdadeira integração do comércio mundial, sob o imperialismo, essas relações tomam nova forma, e a chamada exportação de capitais ganhará nova importância, segundo Netto (2011, p. 191), essa expansão de capitais tomará duas formas: o capital de empréstimo, quando os capitalistas concedem créditos em troca de juros aos capitalistas de outros países ou aos próprios governos e o capital produtivo, quando os capitalistas implantam suas indústrias nestes outros países. Se aprofundam, dessa forma, relações de domínio e exploração, diretas e indiretas, entre as nações envolvidas.

Essas relações de dominação e expansão territorial se expressariam em novos movimentos coloniais. Os novos países de industrialização tardia como Alemanha, Estados Unidos e Japão também buscavam essa expansão territorial e de seus mercados, e na falta de territórios “livres” de influência, ou seja, que ainda não estavam sobre a tutela de outras potências imperialistas, estes “novos” países irão entrar em atrito com as velhas potências já muito bem estabelecidas. (NETTO, 2011. p. 192)

A Primeira Guerra Mundial, processo resultado de complexos desdobramentos históricos, pode ser em parte explicada por essa dinâmica concorrencial entre as nações europeias, configurando o primeiro conflito bélico imperialista que, efetivamente, só será “resolvido” a partir de 45, no final de sua segunda iteração. As necessidades de financiamento bélico do conflito levariam a suspensão do padrão ouro, os países envolvidos no conflito passaram a financiar seus vastos gastos armamentistas através da expansão monetária. Após o fim da primeira guerra, houve inúmeras tentativas de se reestabelecer o padrão ouro a nível internacional, porém ficou claro, principalmente a partir da grande depressão de 29, que suas determinações não mais se adequavam a nova conjuntura global do pós-guerra.

A crise de 1929 pôs em evidência as contradições do capitalismo imperialista pautado pelo padrão ouro, o aumento brutal no desemprego e crise social oriundos da crise e das políticas de austeridade orçamentaria serão responsáveis por colocar em xeque os velhos paradigmas do sistema. A grande depressão será ultimamente responsável por descreditar o liberalismo econômico durante aproximadamente meio século. (NETTO, 2011. p 137)

Após os retumbantes efeitos da crise, era evidente que as necessidades do capitalismo no mundo pós-guerra não mais poderiam ser atendidas pelos velhos paradigmas da belle époque, o intervencionismo passará a dominar o pensamento econômico, o desemprego passará a ser visto como a “grande doença social” da época e os países mais afetados pela crise irão

adotar medidas para controlá-lo. Pautado pela busca de um estado de bem-estar social, o intervencionismo keynesiano buscará a estabilidade econômica através do pleno emprego e aumento da qualidade de vida através de programas de seguridade social, previdenciária e expansão de direitos trabalhistas de forma geral, a fim também de atender, ainda que parcialmente, as demandas das classes trabalhadoras, que se faziam cada vez mais presentes no processo institucional e político. (NETTO, 2011. p. 144)

Os chamados acordos de Bretton Woods trataram de consolidar este novo sistema, que ainda seria pautado pela conversibilidade em ouro, porém por intermédio de uma outra moeda conversível. Os acordos previam uma “administração centralizada e pública de um sistema internacional regulado de pagamentos e de criação de liquidez”, um sistema de “moeda administrada” pautada também pela adoção de câmbios fixos. A proposta de Keynes contava ainda com o estabelecimento de uma espécie de Banco Central Mundial, e a emissão de uma moeda universal lastreada no ouro para intermediar o câmbio. (BELLUZZO; 1998)

Ultimamente, o dólar passará a exercer a função de moeda lastreada, sua conversibilidade será mantida até meados de 1971, quando os Estados Unidos unilateralmente irão abolir este padrão. Neste período serão criados também instituições internacionais como o FMI, responsável pela realização de empréstimos a países periféricos em momentos de crise cambial, e o Banco Mundial. Nos anos em que o acordo esteve vigente, os Estados nacionais assumem a posição de autoridade máxima monetária, o rápido crescimento das economias no pós-guerra esteve fortemente apoiado na participação destes Estados na posição de investidores e de garantidores da estabilidade. Segundo Belluzzo e Fiori (1998)

O círculo virtuoso entre gasto público, oferta de crédito barato, investimento privado e estabilidade financeira foi a marca registrada das economias de “demanda efetiva. A concepção de demanda efetiva supõe que as decisões dos capitalistas são tomadas a partir de expectativas a respeito da evolução de dois conjuntos de preços: 1) os preços de produção corrente vis-à-vis os dos ativos de capital e 2) as variações esperadas nos preços das dívidas contraídas para sustentar a posse daqueles ativos (BELLUZZO, Luís; FIORI, José; 1998, p. 100)

Sob esse regime, os setores financeiros das economias estavam sob a forte regulação dos Estados, que visavam garantir a todo custo as taxas de crescimento econômico, as taxas de juros deveriam garantir elevados níveis de investimento. Este período seria também caracterizado por uma série de “milagres econômicos” oriundos deste círculo virtuoso mundial de crescimento. Alguns países passarão por períodos caracterizados por altas taxas de crescimento e oportunidades de desenvolvimento industrial, inclusive para países da periferia

1.1.3 Consenso de Washington e a nova financeirização mundial

O período que se seguiu após as determinações de Bretton Woods ficou conhecido como os 30 anos dourados do capitalismo, marcado por altas taxas de crescimento e a manutenção de estados de bem-estar social no centro do capitalismo. Porém, esse ciclo virtuoso dava sinais de desaceleração, e em 1971, ocorrerá a primeira crise do petróleo. Com a crise, começará a sucessão de eventos que serão responsáveis por acabar com a sustentabilidade do sistema vigente. Os países eventualmente passarão a emitir moeda acima do lastro e a inflação passará a ser funcional nas economias, o que acarretaria a desvalorização de suas moedas. (NETTO, 2011. p. 148)

A partir de novas contradições, o sistema passará por novas reformas outorgadas pelos “protagonistas” do mundo capitalista, e o consenso econômico retomará os paradigmas liberais, pautados principalmente pela ideologia neoliberal, financeirização e a reestruturação produtiva. Nos anos 1980, esta nova onda neoliberal será responsável por desestruturar e reformar as bases em que se pautaram os últimos 30 anos do desenvolvimento econômico dos países centrais, com a flexibilização de direitos trabalhistas, o abandono do pleno emprego como meta macroeconômica basilar (o desemprego passa a ser considerado “estrutural”), extensos programas de privatizações etc. (NETTO, 2011. p. 153).

Os governos Thatcher no Reino Unido e Reagan nos EUA são tidos como pioneiros de uma nova era de políticas liberais, que representara também o fim do forte intervencionismo estatal característico das décadas anteriores. Os países periféricos, como de costume, serão afetados de forma ainda mais intensa pelas subsequentes recessões das próximas décadas. Sua situação de endividamento ao final dos anos 1980 inspirará o decálogo promovido pelo FMI na época, conhecido como Consenso de Washington.

1.1.4 A crise da dívida latino-americana

Em 1971, o primeiro choque do petróleo foi fator determinante para o esgotamento de um modelo que já dava sinais de desaceleração, os EUA suspendem a conversibilidade do dólar no mesmo ano e, em 73, adotam um sistema de taxas flutuantes a fim de conter os efeitos adversos da crise e impedir que os países com largas reservas de dólares exercessem o direito à conversibilidade, o que poderia gerar um fluxo de saída de ouro sem precedentes nos EUA em meio a recessão global que se instaurava. Era o início do fim das articulações de Bretton

Woods. É neste período que se inaugura uma nova articulação das finanças internacionais, que a partir dos anos 1980, contarão com cada vez menos restrições regulatórias e barreiras cambiais. Sobre o desenvolvimento das finanças internacionais na época, BELLUZZO (1998) argumenta que mesmo no período anterior, caracterizado por forte regulação desse tipo de capital, ocorre um movimento de internacionalização de empréstimos e depósitos por parte de grandes bancos comerciais, que operavam as margens da regulação dos bancos centrais e do padrão Bretton Woods, principalmente a partir de meados da década de 1960.

Com o choque do petróleo, os vastos superávits acumulados pelos exportadores brutos do produto, que muitas vezes possuíam economias incapazes de absorver tamanho volume de recursos em sua totalidade, eram investidos em bancos comerciais, títulos da dívida pública internacionais etc. Os chamados “petrodólares” contribuíram para uma ampla liquidez internacional, gerando uma enorme expansão de crédito concedido principalmente a países da periferia. Estes empréstimos funcionavam como uma espécie de “crédito puro”, uma relação direta de governos e empresas, onde os bancos comerciais se apossavam dos vastos recursos oriundos dos produtores de petróleo e os emprestavam a países credores que buscavam a rolagem e ampliação de duas dívidas, e para isso, muitas vezes tomavam crédito sob condições desfavoráveis e taxas de juro flutuantes. (BELLUZZO, 1998, p.102).

Os países periféricos, principalmente os latino-americanos, buscavam financiar seus projetos de desenvolvimento e desequilíbrios fiscais através destes empréstimos, apostando na estabilidade do dólar e do sistema internacional, muitas vezes contraíam dívidas (à juros flutuantes) cujos prazos de amortização eram inferiores aos de conclusão dos projetos financiados. Em 1981, durante forte crise inflacionária, o FED (Banco Central Americano) sob o governo Reagan e gestão Paul Volcker, aumenta súbita e vertiginosamente a taxa básica de juros da economia americana, em uma tentativa (bem-sucedida) de resguardar a posição do dólar como “moeda de troca e reserva internacional” após sua conversão em moeda fiduciária com a suspensão do padrão dólar-ouro em 71. As súbitas decisões unilaterais do governo americano em relação ao dólar, em um primeiro momento com a suspensão do padrão dólar-ouro e, posteriormente, a elevação da taxa de juros básica (que chegou a 21,5% em 1981), acabam de vez com o sistema implementado em Bretton Woods. Estas medidas foram também duros golpes para as economias periféricas, os países latino-americanos, que há anos se financiavam através da dívida externa, se veriam incapazes de cumprir com seus compromissos, o que irá inaugurar uma era de graves crises econômicas e uma série de moratórias. A crise mexicana de 1982 será emblemática deste movimento. (BATISTA; 1994. p. 127)

1.1.5 O decálogo de Washington

Em razão da disfunção da articulação econômica mundial e a subsequente volta das crises após os 30 anos dourados do capitalismo, em 89, instituições supranacionais como o FMI e o Banco Mundial, buscando legitimar os novos paradigmas econômicos globais passam a promover um decálogo de medidas e reformas que objetivariam a recuperação econômica de países em crise, de início voltado a situação das nações latino-americanas. Essa convenção ficou conhecida como “consenso de Washington”, e consistia basicamente em dez medidas “liberalizantes”, promovendo políticas de promoção do livre comércio e livre mercado como privatização de empresas nacionais por exemplo. Em sua íntegra, as recomendações eram:

1. Disciplina fiscal (evitar déficits); 2. Realocação dos gastos públicos, se limitando a serviços essenciais; 3. Reformas tributárias, a fim de ampliar as receitas; 4, 5 e 6. Envolve liberdade cambial (flutuante), financeira (com taxas de juros determinada pelo mercado) e abertura comercial; 7. Liberalização e foco nos investimentos estrangeiros; 8. Privatização das empresas estatais/desnacionalização; 9. Desregulamentação, com abolição de leis restritivas e protecionistas; 10. Proteção à propriedade privada/intelectual (lei de patentes) (BATISTA, 1994. p.18)

CAPÍTULO 2: O CURSO E AS PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO DO APOGEU À DESINDUSTRIALIZAÇÃO

O processo de industrialização brasileiro se dá ao longo do século XX e pode ser analisado através de suas diferentes eras, cada qual com as suas particularidades. A industrialização brasileira em si se distingue de processos similares que se deram em outros países devido aos contextos político e social brasileiro e latino-americano e às condições inerentes ao próprio processo de industrialização tardia. O Objetivo deste capítulo é a breve análise deste processo a partir da exposição e cruzamento de fontes bibliográficas distintas, com enfoque nas características particulares, apogeu e crise do processo de industrialização brasileiro e as subsequentes financeirização e desindustrialização.

2.1 A INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA E AS PARTICULARIDADES DO CASO BRASILEIRO

É consenso que, a partir de 1930, começa a se consolidar o setor industrial no Brasil, porém, o curso desse desenvolvimento a partir de suas bases originárias ainda é discutível, a exposição a seguir se dá a partir das análises de FURTADO (1959) e MELLO (1998).

O Brasil mantinha, ante 1929, uma economia primariamente agroexportadora onde o café era a cultura mais produzida, o país se encontrava, até então, em uma posição única e privilegiada em relação a produção dessa cultura, nenhum outro produto agrícola além do café tinha o mesmo potencial de rentabilidade na época, os cafeicultores, altamente influentes na república velha, se dedicavam à manutenção deste status quo através de uma espécie de “aparelhamento” do Estado através do vasto poder econômico que o café os conferia. Porém a situação começou a mudar após as primeiras depressões do mercado mundial, em 1873 e 1893, quando os preços do café sofrem uma primeira grande queda, fazendo com que mecanismos utilizados pela federação para manutenção da rentabilidade do produto (como manipulação cambial por exemplo) não bastassem mais para garantir os vastos lucros dos produtores.

Novas políticas de valorização nacional do café foram implementadas, estas previam mecanismos de manutenção de preços como a garantia de compra pelo poder público do excedente produtivo e o controle da oferta através da imposição de limites à expansão desenfreada das lavouras. Apesar de inicialmente bem-sucedidas, estas primeiras iniciativas governamentais não seriam suficientes para garantir assegurar os lucros a partir de 1929,

quando a grande depressão derruba brutalmente a demanda internacional pelo produto, derrubando seus preços e condenando grande parte das safras. Com as exportações fortemente afetadas, o Estado adota medidas para garantir os lucros dos cafeicultores e evitar o colapso do setor cafeeiro. Famosamente, o Estado passa a financiar, com expansão monetária, a compra e a queima da produção de café. (FURTADO, 1959, p.232)

Através dessas iniciativas, quase que por acidente, o Estado realiza um movimento anticíclico ao passo que remunera os fatores de produção da cadeia e, ao mesmo tempo, desvaloriza a moeda através da expansão da base monetária. Simultaneamente aumenta-se a demanda por bens industriais e dificulta-se a importação destes dada forte desvalorização cambial e menor oferta internacional de bens de consumo. Ocorre então uma espécie de “deslocamento do centro dinâmico da economia” Brasileira, onde a produção se volta para o mercado interno, ao passo que o mercado será incapaz de suprir suas necessidades através da importação. O capital oriundo do café será reinvestido a fim de atender a nova demanda interna por bens industrializados, inicialmente de baixa complexidade. (FURTADO, 1959; p. 238)

Tem-se aí, as bases do processo de industrialização por substituição de importações brasileiro, que começará a consolidar efetivamente o setor a partir de 1930, década que contaria ainda com uma série de desdobramentos políticos e institucionais. A era Vargas veria o fim da descentralização política da república velha, derrubando barreiras institucionais seculares da república velha dos cafeicultores, o que permitirá esforços a nível nacional para o desenvolvimento da indústria,

2.1.1 O Crescimento dependente do Brasil e dos demais países de industrialização tardia.

Segundo Mello (1998), o movimento de industrialização brasileiro caracteriza um tipo de desenvolvimento comum aos países latino-americanos: A industrialização retardatária, que consiste basicamente em um tipo particular de industrialização que se dá em alguns momentos distintos. O primeiro destes estágios se dá através da acumulação de capital oriunda de uma economia agroexportadora, caso do Brasil no período de 1888 a 1933, onde se consolidam as bases do futuro desenvolvimento industrial através de dois movimentos principais: Acumulação prévia de capital monetário, que posteriormente será convertido em capital industrial e a criação de uma mão de obra assalariada, que constituirá as bases do mercado interno. (MELLO, 1998, p. 113)

Em um segundo momento, tem-se o deslocamento do centro dinâmico da economia e o desenvolvimento de uma industrialização restringida, pautada na substituição de importações com a produção de bens de consumo corrente. Restringida pois carece das bases técnicas e financeiras de acumulação para a implantação plena de uma indústria de bens de capital, que permitiria a expansão da capacidade industrial para além da demanda efetiva. No Brasil, esse momento se dá quando o café perde seu papel dinâmico na economia a partir de 1933, quando a rentabilidade dos investimentos industriais supera a do capital cafeeiro. Esse primeiro movimento de industrialização fica restrito pelas bases técnicas e financeiras subdesenvolvidas, se restringindo aos bens de consumo corrente que não necessitam de ampla capacidade instalada ou grandes investimento iniciais. (MELLO, 1998: 115 - 116)

Esses desdobramentos e restrições nacionais se assemelham de certa forma aos processos dos países do centro capitalista que também se industrializaram de forma considerada tardia durante a segunda revolução industrial, como Alemanha e Estados Unidos por exemplo. Diferentemente dos países pioneiros do desenvolvimento industrial, como Inglaterra e França, a força dos capitalistas locais destes países “atrasados” não era suficiente para vencer as barreiras técnicas e financeiras que se impunham à industrialização, visto que as exigências tecnológicas eram muito maiores, este novo período era pautado por tecnologias como a estrada de ferro por exemplo, que exigia ampla rede de infraestrutura e pesados investimentos iniciais. Estes países então tiveram de contar com pesados investimentos estatais e, simultaneamente, com o desenvolvimento de uma nova forma de capital, o capital financeiro (oriundo da união dos capitais bancário e industrial) em busca da superação destas barreiras e entraves.

Estes países passam também por amplos processos de desenvolvimento institucional, durante o processo de industrialização alemão, por exemplo, a criação do banco central nacional com fins de financiamento e centralização de emissão do papel moeda foi fundamental para o desenvolvimento da indústria. O novo Estado unificado alemão, munido dos mecanismos do Reichsbank e de uma extensa rede de bancos privados amparados por ele, foram responsáveis pelo financiamento de grandes avanços tecnológicos no período, principalmente em setores ligados à indústria bélica, como o da metalurgia, química pesada e elétrico. (MAZZUCHELLI, 2009 p.33)

Nos países de industrialização retardatária como o Brasil, que realizam esse processo de forma ainda mais tardia que os países citados anteriormente, o salto tecnológico a ser empregado é maior ainda, dado o estado da arte da tecnologia em 1930, depende fortemente do desenvolvimento prévio de economias de escala, do capital financeiro e da importação de tecnologias de ponta de difícil obtenção. Segundo (MELLO, 1998):

Na industrialização retardatária, os obstáculos a transpor se tornariam muito mais sérios. Já não se tratava de ir aumentando, a saltos mais ou menos gradativos, as escalas de uma indústria existente, como ocorreu durante a Segunda Revolução Industrial. Ao contrário, o nascimento tardio da indústria pesada implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume do investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados. (MELLO, 1998, p. 117)

Além destas barreiras, os lucros industriais eram altamente atrelados a fatores como o custo real da força de trabalho (que tendia a aumentar) e a competitividade do sistema industrial internacional, dessa forma a expansão da indústria pesada, de bens de capital e consumo dependia de medidas estatais para a repressão dos salários, e de medidas protecionistas contra a concorrência “desleal” de bens importados, tendo em vista a baixa competitividade e limitada sofisticação tecnológica da indústria brasileira da época.

Estes entraves limitariam o desenvolvimento, principalmente, de uma sólida indústria de bens de capital no país que consolidou uma grande dependência nacional, visto que a expansão da indústria dependeria da importação desses bens. Com o avanço do processo de substituição de importações, principalmente no setor de bens duráveis, os estrangulamentos cambiais causados por essa dependência de bens de capital irão evidenciar as necessidades de se garantir o desenvolvimento da indústria doméstica, evidenciando também a necessidade de desenvolvimento da indústria de base e infraestrutura para sustentação deste setor. (LACERDA 2000: 95)

2.1.2 A participação do Estado na gênese da indústria brasileira

Como visto em capítulos anteriores deste trabalho, as barreiras tecnológicas, investimentos iniciais elevados e as necessidades de infraestrutura e financiamento se impõe ao desenvolvimento da indústria e, muitas vezes, caracterizam obstáculos insuperáveis sem ampla articulação dos agentes econômicos. Ao longo da história do desenvolvimento das nações, em especial a partir da segunda revolução industrial, os Estados nacionais se colocam como grandes articuladores deste processo, intervindo direta e indiretamente nos mercados, por vezes participando do próprio processo produtivo, angariando recursos, investindo em infraestrutura etc.

No Brasil, por vezes essa articulação não foi diferente, o Estado se fez presente durante todo o processo de industrialização brasileira, ora de forma mais direta, ora de forma mais indireta. Segundo GIAMBIAGI (2011) A ampla atuação do Estado brasileiro no âmbito da economia foi crucial, atuando diretamente como produtor em mercados pouco explorados pela iniciativa privada através da criação de empresas estatais setoriais pioneiras. O Estado Brasileiro também foi pioneiro na exploração de alguns monopólios naturais e investimentos em infraestrutura básica, além de atuar também através da política econômica. (GIAMBIAGI; 2011. p.64)

Além da participação direta, o Estado brasileiro ainda foi responsável pelo desenvolvimento das condições necessárias para o surgimento e expansão da indústria, desenvolvendo, por exemplo, a infraestrutura demandada pela expansão da indústria através de projetos como o I e o II PND e constituindo as bases de um sistema de financiamento da indústria através da reestruturação do sistema financeiro nacional, com criação inclusive de órgãos de fomento como o BNDES, dentre outras medidas.

São nas décadas de 1940 e 1950, que se inicia a formação do setor público estatal visando a sustentação do processo de industrialização, ou seja, a partir daí se intensifica a participação do estado de forma direta neste processo, no período foram criadas importantes empresas e instituições como:

A CSN e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD ou VALE) ambas em 1942, representantes do importante setor siderúrgico, imprescindível no fornecimento de insumos base para o processo de industrialização do país;

A Fábrica Nacional de Motores (FMN) em 1943, que inicialmente foi criada com o objetivo de produzir motores para a aviação e, posteriormente, ampliou sua área de atuação para a fabricação de automóveis;

A Companhia Nacional de Álcalis também em 1943, produtora de insumos para as indústrias petroquímicas e produção de barrilha e vidro;

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, a fim de fornecer o financiamento necessário para o desenvolvimento industrial à menores custos, visto que o mercado de crédito privado interno carecia de capacidade necessária;

A Petrobrás em 1953, com o intuito de liderar a exploração do petróleo e, não menos importante sob a ótica dos militares e da burocracia estatal, com o intuito de reduzir as vulnerabilidades do país à conjuntura externa e, assim, fortalecer a soberania nacional. (GIAMBIAGI; 2011. p.68)

Muitas dessas e outras companhias serão pioneiras na exploração de seus respectivos mercados (como é o caso da Petrobrás, que irá constituir, inclusive, o monopólio estatal de exploração de petróleo em território nacional). Nestes casos, é possível dizer que a atuação do Estado não foi concorrente, ao passo que este atuava majoritariamente em setores ainda não “desbravados” pela iniciativa privada, como o siderúrgico, petroquímico etc. Dessa forma o estado assegurava os investimentos necessários ao desenvolvimento desses novos setores e da infraestrutura demandada por eles. O investimento público foi crucial para os estágios iniciais do desenvolvimento industrial brasileiro, e se manteve como pilar desse processo nas décadas seguintes. (GIAMBIAGI; 2011. p.65)

2.2 BREVE PANORAMA DO CURSO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA PÓS-1945.

No Brasil dos anos 1950, começam tentativas mais sólidas de se consolidar uma indústria de bens de capital e de bens intermediários em território nacional. No segundo governo Vargas, essas tentativas foram frustradas por falhas nas tentativas de articulação do Estado com a burguesia industrial, a modelo do que foi feito na Alemanha, em um modelo conciliatório unindo a burguesia industrial, a aristocracia e o aparato Estatal. A falta de articulação nacional e a necessidade da economia brasileira de financiamentos e importação de bens e tecnologia impediram a plenitude do processo de desenvolvimento nacionalista tentado nessa época. Em 1956, novas tentativas de desenvolvimento serão implementadas pelo governo Juscelino Kubitschek, desta vez, o projeto nacionalista será colocado de lado, e o protagonismo será do capital externo, com a inserção de empresas multinacionais no parque industrial brasileiro, os investimentos em infraestrutura e as empresas estatais se colocarão a serviço do capital estrangeiro (FIORI e LACERDA 2000. p. 98 - 105)

O período em questão também foi palco de importantes desenvolvimentos demográficos como a intensa urbanização ocorrida no período de 1945 a 1955, o início do processo de êxodo rural, época que também viu um aumento populacional significativo. Estas mudanças demográficas serão importantes ao passo que fornecerão a mão de obra demandada assalariada pela indústria. A década de 1950 viu o fim do governo Vargas em meio a grave crise política em 1954 e a sucessão do governo JK em 1956, que inaugurará de uma nova etapa da industrialização nacional através do plano de Metas, que previa o desenvolvimento de setores alvo como: indústria de base, alimentação, transportes, educação e energia. Neste período o

Estado se responsabiliza pela infraestrutura e estimula o desenvolvimento industrial através de subsídios e financiamento. A partir do plano, os setores de bens intermediários, de capital e consumo durável tiveram desenvolvimento considerável. (CANO; 2004 p.3)

Neste período do desenvolvimento, além da atuação Estatal e do setor privado doméstico, há também relevante participação do capital estrangeiro. O cenário internacional favorável gerará grande estímulo aos empréstimos externos, característica que perdurará e será importante também nos planos subsequentes de desenvolvimento, em especial, no segundo PND. Sobre as origens dos investimentos, GIAMBIAGI (2011) discorre:

O esforço de investimentos foi calcado no chamado “tripé”, composto pelos capitais estatal, multinacional e privado nacional. Os dois principais “pés” eram os investimentos estatal e multinacional, nesse sentido, houve uma forte complementariedade ente os dois, com o Estado assumindo a responsabilidade pelo investimento pesado em infraestrutura básica- energia e transportes – e o capital estrangeiro, pelo investimento na indústria metal mecânica. Ao capital privado nacional coube, principalmente, o investimento em setores de distribuição, fornecedores para as grandes empresas multinacionais – como a indústria de autopeças.

Dentre os incentivos a ampliação do investimento privado, destacaram-se a) fácil acesso e condições favoráveis à obtenção de financiamento externo; b) créditos de longo prazo com baixa taxa de juros; e c) reserva de mercado interno para os novos setores industriais a serem criados (GIAMBIAGI; 2011. p.69)

O período de 1956 a 1962 viu uma taxa média anual de crescimento do PIB de 7,9%, enquanto a indústria de transformação cresceu 10%. A urbanização progredia e em 1960, cerca de 45,5% da população brasileira já vivia nas cidades, que apesar de embasar o crescimento da indústria que demandava mão de obra, será também acompanhada de uma série de problemas socioeconômicos, questões de ordem fundiária, habitação, saneamento, educação, saúde e salários. (CANO; 2004)

Este ciclo de constante crescimento e industrialização com participação estatal dará sinais de esgotamento ao longo do início da década de 1960, a crise política se somará a econômica em um período de eclosão das contradições da jovem democracia brasileira, o que dificultará o crescimento e fará com que o Estado adote em um primeiro momento políticas que visavam a estabilização e controle inflacionário, para posterior retomada do crescimento e do processo de industrialização.

2.2.1 Crise política e desaceleração

Nos anos 1960 se dará o apogeu de uma crise política cujas raízes fogem o escopo deste trabalho, cabe aqui expor que o crescendo econômico e industrial dos períodos anteriores dava sinais de desaceleração. A crise se recrudesce em um primeiro momento com a renúncia e tentativa de autogolpe do sucessor de Kubitschek: Jânio Quadros, que deflagrará uma espécie de crise sucessória. Após a renúncia, o país passaria por período parlamentarista até a conturbada posse “integral” do vice-presidente com a reinstauração do presidencialismo.

As constantes renovações dos quadros políticos da época recrudesceram as dificuldades de se articular planos consistentes para enfrentamento desta desaceleração econômica. O país passava por uma crise cíclica em sua essência, o esgotamento do processo de substituição de importações que era gravemente agravado pela dependência econômica em relação ao setor externo (vide o crescimento dependente). (LACERDA ET AL. 2010)

Segundo Cano (2004), desequilíbrios da balança comercial, devido à grande dependência externa, irão ter efeitos negativos sobre o câmbio, finanças públicas e inflação, isso, somado a debilidade do sistema financeiro nacional, que carecia de financiamento de longo e médio prazo e a diminuição das oportunidades de investimento industrial irão causar o agravamento da crise. A inflação atingiria 90% em 1964

Neste período, a fim de conter os reveses econômicos, o governo Goulart tenta a implementação de um plano de estabilização denominado Plano Trienal. Elaborado por Celso Furtado, o plano consistia em uma política de estabilização recessiva, com enfoque na contenção de gastos públicos e liquidez, com congelamento de preços e salários por exemplo. O plano não obteria o sucesso almejado graças a uma série de fatores conjunturais internos e externos, em 1963 o crescimento do PIB seria de 0,6% e a inflação permaneceria em patamares muito elevados, à taxa anual de 83,25%, (LACERDA ET AL. 2010; p.163)

A instabilidade econômica se une a instabilidade política, quase que retroalimentativas. A “ameaça” da posse do vice-presidente João Goulart (É importante ressaltar que na década de 1960, presidente e vice-presidente eram escolhidos individualmente, não se votava em “chapas”), mais alinhado as pautas à esquerda do espectro político, ajudaria a deflagrar uma hecatombe reacionária que, ultimamente, culminaria no nefasto golpe militar de 1964, apoiado pelos setores mais conservadores da sociedade civil.

2.2.2 As reformas de base e a estabilização

O Regime militar irá instituir novo plano de estabilização econômica, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que além de constituir nova tentativa de controle inflacionário e retomada do crescimento, previa também uma série de reformas institucionais, dentre estas, cabe citar: (1) A reforma do sistema monetário e financeiro, com a criação do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN); (2) Instituição de correção monetária para títulos públicos e privados; (3) Criação do Banco nacional da habitação, a fim de financiar a política habitacional do governo; (4) Substituição da estabilidade através da criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (5) Reforma tributária que aumentou e centralizou a arrecadação.(CANO, 2013)

O Plano obteve relativo sucesso, ao passo que teve êxito em reduzir a inflação dos 90% a.a. em 1964 para a taxa de 30% a.a. em 1967, porém, os custos sociais de seu relativo sucesso são elevados. A natureza ditatorial do governo possibilitará a adoção de medidas e reformas impopulares, como por exemplo o aumento da regressividade tributária e o congelamento de salários, inaugurando um processo de grande concentração de renda que se estenderá também no curso de todo o período ditatorial. Intensificaram-se também no período, políticas de subsídios e incentivos fiscais que estimulavam a desnacionalização da economia e estimulavam o fortalecimento de grandes oligopólios, novamente o capital internacional seria contemplado com uma série de estímulos. (LACERDA ET AL. 2010; p.166).

2.2.3 Retomada do crescimento e o “milagre econômico”

A partir de 1967, após relativa recuperação da economia brasileira, o país passará por forte ciclo de crescimento que será denominado “Milagre Econômico Brasileiro”, época que comprime os anos de 1967 a 1973, na reta final dos chamados “Anos dourados do capitalismo”, onde uma série de países, muitos em desenvolvimento, passou por situação similar de rápido e intenso crescimento econômico

Em 1967, ocorre a primeira sucessão presidencial do período ditatorial, não isento de disputas e reveses, o novo governo Costa e Silva realizaria mudanças significativas nos quadros e rumos de instituições como o BACEN por exemplo, forçando a exoneração do presidente, diretores e conseqüentemente, membros indicados do CMN. A instituição do BACEN, concebida como tendo certo grau de independência, irá gradativamente ser instrumentalizada pelo executivo em governos subsequentes, que farão uso inclusive de funções de fomento previstas em seu estatuto. A Fazenda por sua vez será comandada por Delfim Neto, que

permanecerá no cargo, a partir da sucessão em 1967, até meados de 1974, com o fim do governo Médici.

Segundo diagnóstico inflacionário pelas autoridades da época, em 1967, o principal componente inflacionário da vez eram os custos de produção, devido em parte a grande capacidade ociosa da economia brasileira, decorrente das crises e políticas recessivas em anos anteriores e dos altos custos de financiamento das atividades das indústrias. Este diagnóstico, que caracterizava condição comum na economia mundial da época, irá levar à condução de políticas econômicas expansionistas, visando uma retomada do crescimento sustentado.

No período do Milagre (1967-1973), o crescimento médio do PIB atingiu o patamar de 11,2% ao ano, as maiores taxas de crescimento foram nas indústrias de bens de consumo e bens de capital, outros setores como agricultura também tiveram taxas expressivas de crescimento. Uma característica importante desse período de crescimento é o fato de que, grande parte do financiamento demandado pela indústria em plena expansão foi absorvido pelo setor externo, devido principalmente a indisponibilidade de crédito de médio e longo prazo domésticos e a elevada disponibilidade do crédito a condições atraentes no exterior. (LACERDA ET AL. 2010; p.174 - 177).

Neste período, apesar do crescimento inédito, notoriamente houve piora acentuada nos indicadores sociais do país, com aprofundamento de um processo de concentração de renda, os maiores beneficiários deste crescimento foram classes de maior renda, enquanto as de menor renda eram afetadas por políticas de arrocho salarial, que reduziu o salário-mínimo real e, conseqüentemente, o poder de compra destes indivíduos, que eram os mais afetados pela repressão ditatorial.

O Primeiro PND (plano nacional de desenvolvimento) foi implementado no final deste período, mais especificamente, de 1972 a 1974, uma primeira iteração do que se esperava ser um sistema integrado de planejamento. O plano tinha claros objetivos da manutenção do crescimento do PIB em torno de 8%, com ênfase no desenvolvimento de setores chave da infraestrutura, a fim de desenvolver as condições basilares para acelerar a expansão da indústria, grandes obras de infraestrutura, chamadas de “faraônicas” são frutos deste plano, como a construção da usina hidrelétrica de Itaipú e a rodovia transamazônica, esta, peça chave do ufanismo ditatorial, o plano ainda previa investimentos nas áreas petroquímica, de siderurgia e mineração e transportes. Apesar de relativamente bem-sucedido, o primeiro choque do petróleo em 1974, que inauguraria uma nova era de crises cíclicas que mudaria os rumos da economia global, impõe ao governo a necessidade de readequação de seus planos, o levando a

implementar um dos mais importantes planos econômicos de desenvolvimento do país, o II PND

2.2.4 Anos 1970, I e II PND e o primeiro choque do petróleo.

O Primeiro PND (plano nacional de desenvolvimento) foi implementado no final deste período, mais especificamente, de 1972 a 1974, uma primeira iteração do que se esperava ser um sistema integrado de planejamento. O plano tinha claros objetivos da manutenção do crescimento do PIB em torno de 8%, com ênfase no desenvolvimento de setores chave da infraestrutura, a fim de desenvolver as condições basilares para acelerar a expansão da indústria, grandes obras de infraestrutura, chamadas de “faraônicas” são frutos deste plano, como a construção da usina hidrelétrica de Itaipú e a rodovia transamazônica, esta, peça chave do ufanismo ditatorial, o plano ainda previa investimentos nas áreas petroquímica, de siderurgia e mineração e transportes. Apesar de relativamente bem-sucedido, o primeiro choque do petróleo em 1974, que inauguraria uma nova era de crises cíclicas que mudaria os rumos da economia global, impõe ao governo a necessidade de readequação de seus planos, o levando a implementar um dos mais importantes planos econômicos de desenvolvimento do país, o II PND (MATOS; 2002; p.47)

O II PND (1975-1979) é caracterizado pela tentativa de superar a antiga deficiência do setor de bens de capital brasileiro, e assim superar de fato um dos maiores gargalos para a indústria do país, o foco foi a indústria de máquinas e equipamentos (bens de capital), siderurgia e fertilizantes (a fim de aumentar também a produção de alimentos), o alvo de crescimento era cerca de 10% ao ano. Conforme mencionado anteriormente, o plano é implementado no contexto da crise do petróleo, um longo período de crise econômica mundial, ou seja, o contexto internacional era desfavorável, encarecendo os juros e desestimulando empréstimos, dessa forma, a fim de financiar o projeto, assumiu-se o risco de aumentar o endividamento direto externo concomitantemente com o endividamento interno, ao se assumirem maiores déficits comerciais. Sobre o endividamento assumido pelo estado na época, Matos (2002) discorre:

O Primeiro PND (plano nacional de desenvolvimento) foi implementado no final deste período, mais especificamente, de 1972 a 1974, uma primeira iteração do que se esperava ser um sistema integrado de planejamento. O plano tinha claros objetivos da manutenção do crescimento do PIB em torno de 8%, com ênfase no desenvolvimento de setores chave da infraestrutura, a fim de desenvolver as condições basilares para acelerar a expansão da indústria, grandes obras de infraestrutura, chamadas de “faraônicas” são frutos deste plano, como a construção

da usina hidrelétrica de Itaipú e a rodovia transamazônica, esta, peça chave do ufanismo ditatorial, o plano ainda previa investimentos nas áreas petroquímica, de siderurgia e mineração e transportes. Apesar de relativamente bem-sucedido, o primeiro choque do petróleo em 1974, que inauguraria uma nova era de crises cíclicas que mudaria os rumos da economia global, impõe ao governo a necessidade de readequação de seus planos, o levando a implementar um dos mais importantes planos econômicos de desenvolvimento do país, o II PND (MATOS; 2002; p.52)

O plano sofre, em razão das adversidades externas e internas, desaceleração principalmente a partir de 1976, os principais argumentos citam a impossibilidade de se adotar um plano desenvolvimentista de tamanha magnitude em um contexto de crise econômica e da ditadura militar (Carlos Lessa), sendo de fato mal sucedido em suas maiores ambições, por outro lado, existe o argumento de que devido a magnitude dos projetos, seus efeitos só puderam ser sentidos no longo prazo, mais especificamente de 1981 a 1983, quando a expansão proporcionada pelo plano em áreas como agropecuária e extrativa de petróleo por exemplo, foram responsáveis por forte superávit da balança comercial ao passo que a dependência do país por certos produtos diminuiu (Antônio Barros de Castro). Fato é que o plano não atingiu as taxas de crescimento almejadas para o período de vigência, com o crescimento não ultrapassando o patamar de 7% (LACERDA ET AL. 2010; p.174 - 177); (MATOS; 2002; p.53)

2.3 AS CRISES DOS ANOS 1980 E 1990: INFLAÇÃO, LIBERALISMO E ESTABILIZAÇÃO

Os anos que sucederam a segunda metade dos anos 1970 viram uma série de acontecimentos adversos na economia global, com sérios reveses que inaugurariam um período de sucessivas crises endêmicas, um misto de crise internacional, aumento dos preços de petróleo (com sérias consequências para os importadores, inclusive o Brasil), endividamento a juros variáveis, o fim de Bretton Woods com fim do padrão dólar-ouro e o aumento brutal dos juros pelo FED americano, dentre outros acontecimentos, abriram caminho para crises como a moratória mexicana, a crise da dívida latino-americana, dentre outras. O Brasil acabara de financiar uma sucessão de planos de desenvolvimento através de dívida externa e reciclagem dos chamados petrodólares, as sucessivas crises internacionais acabariam com a possibilidade de financiar projetos de desenvolvimento através desse tipo de endividamento externo, o país ainda apresentava baixa nas exportações devido à crise internacional, o que aumentou a pressão sobre a balança de pagamentos, alto endividamento externo agravado pela disparada nas taxas de juro internacional, dificuldade em financiar o déficit de transações correntes e quedas nos níveis de reservas. Em 1982, ano da moratória mexicana, os juros da dívida externa brasileira atingiriam 11,4 bilhões de dólares, e o déficit em conta corrente seria de 14,8 bilhões. Estes e outros aspectos conjunturais levaram o país a forte recessão no ano de 1983 com queda de 2,9% do PIB e 5,2% do produto industrial, uma taxa de desemprego de 7,5%. Em 1984, com a melhora da conjuntura internacional, em especial com a recuperação da economia americana e com aumento das exportações, importantes indicadores se recuperariam momentaneamente. (LACERDA ET AL. 2010)

O país ainda passa no começo da década, por um período de transição institucional, ao passo que a insustentabilidade do regime militar se fazia evidente, em 1985 após o turbulento início da década, finalmente se dá o processo de redemocratização, porém, os governos civis subsequentes continuarão enfrentando pela próxima década, adversidades econômicas ligadas principalmente a dívida externa e a hiperinflação, no período, o país passará por inúmeras reformas monetárias e planos de estabilização que ultimamente, não alcançariam seus objetivos de forma plena, a inflação atingiria em 1990 a marca de 2000%, e só seria efetivamente controlada com a implementação do plano real no governo Itamar Franco em 1994. No período que sucedeu a redemocratização, é evidente a queda da participação da indústria de transformação no PIB.

2.3.1 Plano Real, abertura comercial e os possíveis efeitos sobre a indústria.

Os anos que se seguiram após a redemocratização viram uma década de crises inflacionárias e instabilidade institucional. De forma geral, principalmente a partir do governo Collor, a estratégia adotada pelo governo foi de liberalização econômica, a inserção do país no bojo da economia global com a abertura econômica e financeira, redução de tarifas e impeditivos ao comércio internacional, etc. Uma onda que se popularizou na América Latina (e em países em desenvolvimento no geral) como forma de superar as crises sofridas pelas nações da região nos anos anteriores. A liberalização era promovida pelo FMI como fórmula para superação das crises de endividamento sofridas por estes países.

O Brasil se insere nesse contexto após a redemocratização com uma série de medidas liberalizantes. Sob o governo Collor, a eliminação de controles quantitativos e a redução de tarifas de importação marcaram a reforma comercial de 1988 e intensificaram-se a partir de 1990. Essas reformas buscavam modernizar a economia brasileira, continuar o processo de desenvolvimento e industrialização após o esgotamento do modelo de substituição de importações. Os Planos Collor I e II, promoverem a abertura comercial e envolveram políticas de estabilização econômica que resultaram ultimamente em retração econômica, desemprego, e diminuição do poder aquisitivo, culminando no impeachment de Collor em 1992 devido a escândalos de corrupção e desgaste político. Os processos de privatização das estatais brasileiras também tomam força nos anos 90, sob o pretexto do aumento da eficiência e do ajuste fiscal. O Programa Nacional de Desestatização (PND) foi criado em 1990 e intensificou esse processo. (LACERDA ET AL. 2010 p.269)

Em 1994 o Plano Real obteve um sucesso sem precedentes ao controlar a hiperinflação e estabilizar a economia brasileira, permitindo maior previsibilidade e diminuição da incerteza econômica, após seu estabelecimento e uma década de mudanças estruturais, a economia brasileira na segunda metade da década de 1990 era muito diferente do que era em décadas anteriores, mais integrada aos mercados internacionais em pleno processo de globalização e liberalização, estas reformas permitiram a maior previsibilidade e diminuição da incerteza econômica, porém, este processo não foi o suficiente para a retomada plena do crescimento, e conta com suas próprias contradições.

Sobre os processos de abertura comercial de forma geral, alguns autores argumentam sobre a importância de se evitar desequilíbrios econômicos e eventuais crises de balanço de pagamentos que podem eventualmente se dar no decorrer da abertura, no caso Brasileiro mais

especificamente, principalmente a partir do Plano Real, autores como Bresser-Pereira (2007) defendem que a “armadilha” causada pela relativa apreciação cambial unida as altas taxas de juros a fim de atrair o investimento externo acabaram sabotando o crescimento econômico brasileiro. Segundo Bresser-Pereira (2007), a estratégia de desenvolvimento baseada no uso de poupança externa, adotada pelo Brasil após a crise da dívida dos anos 80 e a estabilização da inflação em 1994 incorreu em serias e deletérias consequências, não apenas no Brasil, o autor argumenta que o processo de abertura das contas financeira e de capital incorrem inevitavelmente em uma substituição da poupança interna pela externa, em um processo de três fases que consistem basicamente em: Substituição da poupança interna pela externa, que incorre no endividamento e fragilização financeira do país e, ultimamente, culmina em uma crise de balanço de pagamentos, como citado anteriormente, em decorrência das altas taxas de juros necessárias para atração dos capitais estrangeiros, e assim, manter a rolagem da dívida e da apreciação cambial, que prejudica a balança comercial ao passo que estimula as importações e degrada as exportações. Bresser-Pereira ainda argumenta que a poupança externa, no período que se sucedeu o Plano Real, não se converteu em investimento externo direto e sim financiou o consumo. (BRESSER-PEREIRA; 2007).

Sobre as possíveis insuficiências deste processo, corrobora Lacerda (2010)

Na fase pós-real, a inflação caiu, o ambiente econômico tornou-se mais estável e previsível, mas a equação básica do crescimento não foi solucionada. Como a capacidade instalada não cresceu o quanto deveria, qualquer movimento de crescimento de consumo foi abortado por medidas de restrição ao crédito, elevação dos juros e aumento dos empréstimos compulsórios, de forma que o crescimento se tornou um subproduto, não o objetivo principal da política econômica.

Vale ressaltar que a carência de poupança interna é um dos principais fatores de restrição da expansão dos investimentos, pois a poupança externa pode exercer apenas um papel complementar. A preços correntes, a poupança interna reduziu de cerca de 25%, quando atingiu um pico em 1989, para cerca de 16% do PIB em 1995-1996. Países que puderam sustentar investimentos superiores a 30% do PIB, como foi o caso do Japão e dos Tigres Asiáticos, antes da crise de 1997, apoiaram-se na taxa de poupança interna

Não há processo de abertura e experiência de estabilização sem custos, mas é importante que haja sintonia fina no timing e na dosagem das medidas, de política industrial ou de estabilização, para que não sejam gerados, desnecessariamente, mais prejuízos do que benefícios.

A combinação da redução das alíquotas de importação com a valorização da moeda local (notadamente, até o início de 1999) e a ineficácia, quando não inexistência, de mecanismos de proteção ao dumping e a práticas desleais de comércio internacional tem causado um pesado ônus ao país, provocando a substituição da produção local por importações, mesmo em setores com boa capacidade competitiva (LACERDA ET AL. 2010; p.300);

CAPÍTULO 3: DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE, CONCEITUALIZAÇÃO, ESTUDOS E INDICADORES

O objetivo deste capítulo é realizar uma breve revisão bibliográfica, utilizando trabalhos recentes de importantes autores com diferentes perspectivas sobre o problema da desindustrialização, e ainda, realizar breve análise própria a partir de dados atualizados, buscando evidências que corroboram com a contextualização histórica aqui feita e ajudam a explicar, contextualizar e acima de tudo contribuir se possível para a rica discussão acerca do possível processo de desindustrialização brasileiro, principalmente a partir de 1995.

3.1 AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO PARA NAÇÕES EM DESENVOLVIMENTO.

A desindustrialização tem causas internas e externas, é um processo que, a depender do contexto, pode ser considerado natural e positivo em alguns países, sendo possível constatar comumente este processo nos países de industrialização avançada do centro do capitalismo. Enquanto para outros países, que nunca atingiram os patamares de industrialização necessários para a ocorrência natural do fenômeno, este pode representar um impeditivo ao pleno desenvolvimento socioeconômico do país, ao passo que muitas vezes é acompanhada de um retorno à centralidade de setores de menor valor agregado da economia.

Segundo alguns autores, os efeitos deletérios possíveis de um processo de industrialização podem ser especialmente graves para países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, ao passo que perdem possivelmente, a principal força motriz do desenvolvimento socioeconômico que possuem, ao passo que sob essa visão, a indústria em comparação aos outros setores da economia trás maiores retornos de escala, desenvolvimento tecnológico e garante a soberania. Sobre essa visão, discorrem Oreiro e Feijó (2010):

“As diversas correntes do pensamento heterodoxo, contudo, consideram que o processo de crescimento econômico é setor-específico. Mais precisamente, os economistas heterodoxos acreditam que a indústria é o motor do crescimento de longo prazo das economias capitalistas (Thirwall, 2002; Tregenna, 2009), uma vez que:

- (i) Os efeitos de encadeamento para a frente e para trás na cadeia produtiva são mais fortes na indústria do que nos demais setores da economia.
- (ii) A indústria é caracterizada pela presença de economias estáticas e dinâmicas de escala, de tal forma que a produtividade na indústria é uma função crescente da

produção industrial. Esse fenômeno é conhecido na literatura econômica como “lei de Kaldor-Verdoorn”.

(iii) A maior parte da mudança tecnológica ocorre na indústria. Além disso, boa parte do progresso tecnológico que ocorre no resto da economia é difundido a partir do setor manufatureiro.

(iv) A elasticidade renda das importações de manufaturas é maior do que a elasticidade renda das importações de commodities e produtos primários. Dessa forma, a “industrialização” é tida como necessária para aliviar a restrição de balanço de pagamentos ao crescimento de longo prazo.

Em suma, a indústria é vista como “especial” pelo pensamento heterodoxo, pois ela é a fonte de retornos crescentes de escala (indispensável para a sustentação do crescimento no longo-prazo), é a fonte e/ou a principal difusora do progresso tecnológico e permite o relaxamento da restrição externa ao crescimento de longo prazo.

Nesse contexto, a desindustrialização é um fenômeno que tem impacto negativo sobre o potencial de crescimento de longo-prazo, pois reduz a geração de retornos crescentes, diminui o ritmo de progresso técnico e aumenta a restrição externa ao crescimento.” (OREIRO E FEIJÓ; 2010. p.223)

3.1.1 Possíveis causas da desindustrialização natural e precoce.

A fim de contextualizar as diferentes faces deste processo, é importante entender suas causas, que podem ser internas ou externas. Quanto as internas, no decorrer do processo de desenvolvimento, à medida que a industrialização trás transformações importantes como a urbanização e aumento da renda per capita, esta causa um crescimento na elasticidade renda da demanda de serviços (dado o aumento na demanda por serviços como saúde, educação, transporte etc.), fazendo com que este setor cresça e se diversifique mais que os outros, como a indústria de transformação, que perde participação no produto da economia. Outro fator interno diz respeito ao aumento de produtividade do setor industrial através do avanço tecnológico de meios e técnicas, que faz com que o setor empregue menos. (ROWTHORN E RAMASWANY, 1999; APUD OREIRO E FEIJÓ, 2010; p.222)

Quanto aos fatores externos, é possível citar a crescente integração dos mercados globais, a chamada globalização, onde os países se especializam em um ou outro setor, com diferentes níveis de qualificação, em uma espécie de hierarquia do comércio global. Nessa divisão, enquanto alguns países permanecem com o foco na produção industrial, outros se especializam no setor de serviços. Além destes dois possíveis setores, alguns países ainda se especializam no setor primário, relegados ao papel de exportadores de commodities, ou por que nunca superaram este papel através da instalação de um parque industrial significativo, ou justamente por retrocederem a esta condição após processos desindustrializantes, uma possível causa é o processo conhecido como “doença holandesa” onde a abundância de recursos naturais pode desestimular o desenvolvimento industrial ao passo que torna o extrativismo mais atrativo

ao capital, o protagonismo da pauta das exportações de commodities estimularia também apreciação cambial que, enquanto representa maiores rendimentos para os exportadores de matérias primas, representa diminuição da competitividade da indústria nacional. A desindustrialização causada pela chamada doença holandesa é a causa do que se convém chamar de desindustrialização precoce (ROWTHORN E RAMASWANY, 1999; APUD OREIRO E FEIJÓ, 2010; p.222)

3.1.2 A desindustrialização brasileira segundo a literatura

A possível desindustrialização brasileira é tema do rico debate econômico nacional a décadas. Este estudo conta com a análise de um pequeno recorte desta discussão profunda e multifacetada sobre o tema. Os autores aqui citados discorrem não apenas sobre as manifestações e consequências deste fenômeno, mas também suas possíveis causas enraizadas em decisões políticas e econômicas. Alguns destes estudos, como o elaborado por Considera e Trece (2022), argumentam a favor de um quadro preocupante de declínio progressivo da indústria de transformação no país, marcado por um decréscimo significativo de sua participação no PIB – de um patamar de 36% em meados da década de 1980 para cerca de 11% em 2021. De acordo com os autores, esse fenômeno refletiria uma erosão da capacidade produtiva e competitiva do Brasil no cenário global, exacerbada por uma série de políticas econômicas que favoreceram a abertura comercial sem as devidas contrapartidas de fortalecimento interno da indústria nacional.

Cano (2012), por sua vez, critica as políticas neoliberais implementadas desde os anos 1990, argumentando que a abertura econômica acelerada, aliada a uma valorização cambial e a altas taxas de juros, contribuiu decisivamente para a perda de dinamismo industrial. Ele enfatiza que a desindustrialização compromete seriamente o desenvolvimento econômico sustentável do país, uma vez que a indústria é tradicionalmente o motor de avanços tecnológicos, geração de empregos de qualidade e incremento na produtividade do trabalho. Cano defende a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a reindustrialização, centradas no estímulo à inovação tecnológica e na recuperação da competitividade internacional da indústria brasileira.

Contrapondo-se parcialmente a visão destes autores, Nassif (2008) questiona a aplicabilidade do termo desindustrialização ao contexto brasileiro, argumentando que, apesar da redução relativa da participação da indústria no PIB, o setor não demonstrou um

encolhimento em termos de atividade produtiva absoluta, sugerindo que a economia brasileira não passou por um processo de realocação de recursos produtivos para setores de menor valor agregado de forma tão intensa quanto sugerido por outros autores. Nassif (2008) aponta para a importância de políticas de desenvolvimento industrial que enfatizem a inovação e a competitividade, a fim de sustentar e expandir o papel da indústria no desenvolvimento econômico nacional.

Oreiro e Feijó (2010) expandem o conceito de desindustrialização, incluindo tanto a redução do emprego quanto do valor adicionado industrial em relação ao total da economia. Eles trazem à tona a relevância da "doença holandesa" e da "reprimarização" da economia como fatores associados à desindustrialização, evidenciados pelo crescente déficit comercial da indústria, sobretudo nos setores de alta tecnologia. Essa dinâmica sugere uma apreciação cambial prejudicial à competitividade da indústria nacional, impulsionada por um boom nos preços das commodities, que, por sua vez, desencadeia uma transferência de recursos da indústria para o setor de recursos naturais.

Maia (2020) investiga a hipótese de desindustrialização no Brasil utilizando definições clássicas e alternativas de desindustrialização. O estudo analisa o tema sob a perspectiva clássica, definida por Rowthorn e Wells (1987), e por meio de três abordagens alternativas: desindustrialização prematura, a "visão de Cambridge" e mudança estrutural na indústria de transformação. Segundo o autor, os resultados indicam que a "doença holandesa", a sobrevalorização cambial e o acirramento da competição internacional foram os principais responsáveis pelos resultados negativos da indústria brasileira.

Finalmente, Bonelli e Pessôa (2010) contrastam a redução percentual da contribuição da indústria e o PIB em preços correntes e constantes. Eles observam que, apesar da diminuição relativa observada desde os anos 1980, a indústria não apresenta uma desindustrialização no sentido clássico, pois não houve uma redução absoluta da produção industrial. Em vez disso, sugerem que a economia brasileira se ajustou ao padrão internacional com uma indústria inicialmente maior do que justificada pelo seu nível de desenvolvimento, convergindo gradualmente para um equilíbrio mais sustentável. O estudo destaca que as variações na participação industrial muitas vezes coincidiram com crises econômicas e externas, indicando que as dificuldades enfrentadas pelo setor podem ser parte de desafios econômicos mais amplos.

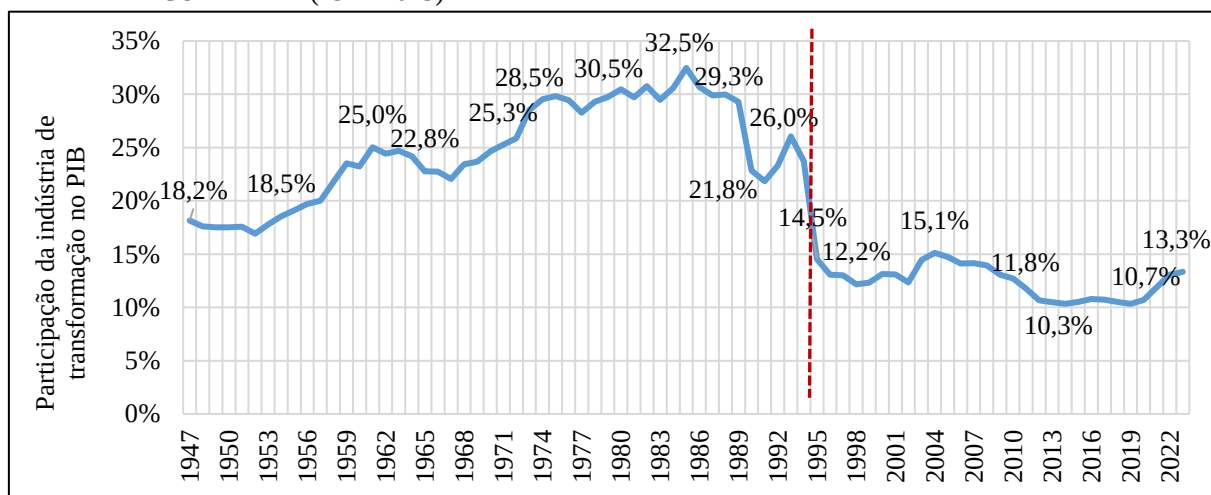
É interessante ressaltar que, apesar de apontarem diferentes causas e divergirem quanto a real intensidade e impacto deste processo, os autores aqui citados convergem quanto a observação empírica de que, de uma forma ou de outra, a indústria brasileira sofreu revezes ao longo das últimas décadas. Exceto por Nassif (2008) e Bonelli e Pessôa (2010), todos os autores

indicam a forte redução da participação no PIB da indústria nacional como evidência da desindustrialização, apontando causas similares para o fenômeno, causas que podem ser resumidas a doença holandesa, um novo ambiente internacional mais competitivo com o forte crescimento de países como a China, e não obstante, um longo período de apreciação cambial, em especial, a partir do plano real em 1994.

3.2 INDICADORES ATUALIZADOS SOBRE A QUESTÃO

A gama dos estudos analisados foram realizados em diferentes épocas, com o mais antigo datado de 2008, e o mais recente (que concorda com a tese da desindustrialização) datado de 2022, cabe aqui uma reavaliação breve os dados mais recentes da economia brasileira, também utilizados por alguns destes trabalhos, a fim de verificar o andamento dos indicadores e se, de fato, como caminha o possível processo de desindustrialização brasileiro, com foco especial na participação da indústria no PIB, balança comercial e no recorte por intensidade tecnológica.

GRÁFICO 1.1 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB BRASILEIRO SÉRIE COMPLETA (1947-2023)



FONTE: Gráfico elaborado pelo autor com dados do IPEADATA 47; 2023

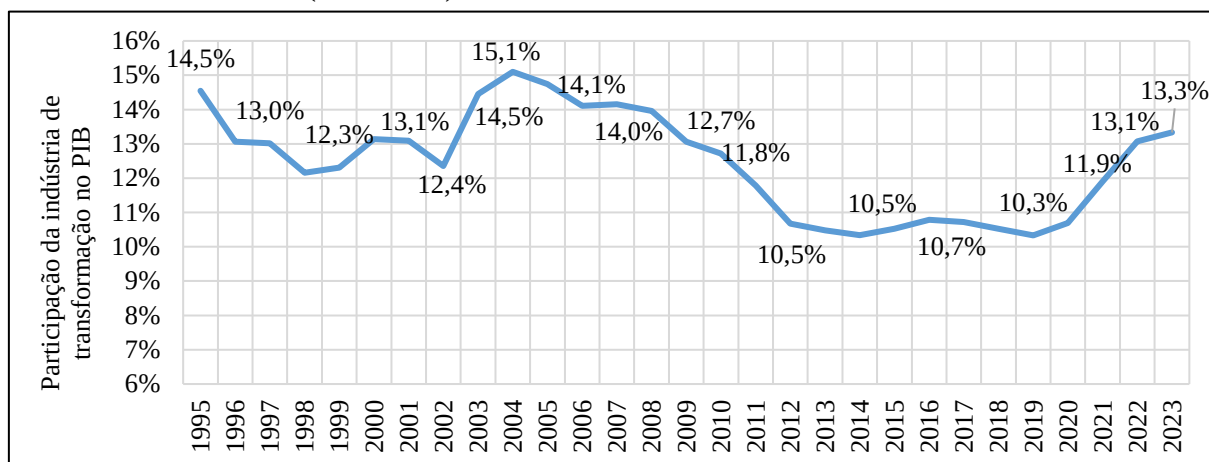
Primeiramente, se faz pertinente breve análise histórica da participação do PIB na indústria, a partir de 1947 até os dias de hoje, através da análise dos dados do IPEA, (gráfico 1.1). É possível visualizar na tabela os efeitos de diferentes períodos da história econômica brasileira sobre a indústria de transformação. Porém, como apontam Bonelli e Pessoa (2010)

mudanças metodológicas distorcem os dados a partir de 1994, com a adoção de uma nova metodologia e correção retroativa do PIB, a brusca queda de participação da indústria nos períodos de transição metodológica pode ser parcialmente explicada por essa mudança

Cabe aqui a conclusão de que, qualquer ajuste passível em relação aos dados está sujeito a erros metodológicos, ainda mais se tratando de dados históricos de tamanha abrangência, o ajuste proposto por Bonelli e Pessôa (2010) nivela os dados a partir de 1994 de forma a deixá-los mais precisos, dessa forma os autores constatarem que a queda é menos acentuada, porém, ainda muito significativa. Possíveis imprecisões a parte, ainda sim é possível acompanhar através destes dados os impactos da política econômica ao longo dos diferentes períodos da história econômica brasileira citados neste trabalho (ante década de 90), como o aumento da participação da indústria a partir principalmente de 1952, com forte expansão na presidência Kubitschek de 1956 a 1961, o apogeu em 1985 após o II PND em 1979 e um período de forte queda que corresponde aos planos Cruzado, Bresser, Collor I e II após a redemocratização, entre 1986 e 1992 principalmente.

Porém, para fins de analisar movimentos mais recentes deste e outros indicadores, a análise a partir de 95 é mais pertinente (gráfico 1.2) e menos sujeita a eventuais distorções metodológicas. Ao analisar estes dados de forma independente, é possível constatar estagnação na participação do setor no PIB ao longo deste período, com redução acentuada a partir de 2010 até meados de 2021, quando o índice se recupera, voltando a crescer, atingindo novamente patamares vistos na década anterior, mais especificamente em 2008. Este período de queda (2008-2020), onde se observa o “vale” do gráfico, comprime uma série de eventos adversos nos âmbitos externo e interno, entre eles a crise financeira internacional “sub prime” em 2008, a crise política, econômica e institucional brasileira, com início em 2013, que culminou no impeachment da presidente da república Dilma Rouseff em 2016, resultando em dois anos de um governo extremamente impopular até a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a pandemia de COVID-19 que teve início em 2020 até seu “fim” (fim de seus efeitos mais adversos e do status de pandemia) em meados de 2022.

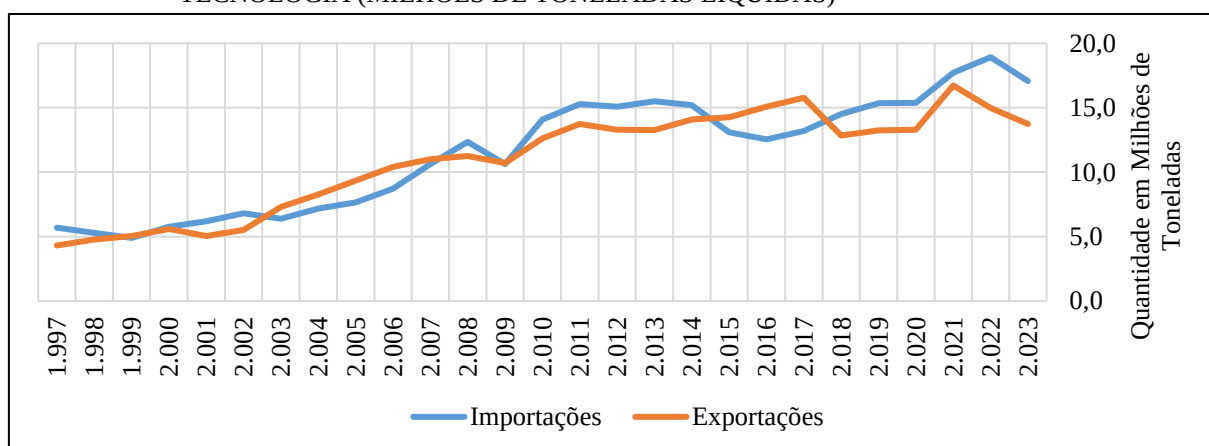
GRÁFICO 1.2 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB BRASILEIRO –
RECORTE (1995 - 2023)



FONTE: Gráfico elaborado pelo autor com dados do IPEADATA 95-2023

Outro indicador importante para a análise da situação da indústria de transformação no país é em relação as exportações e importações, a questão da balança comercial, a fim de constatar a demanda doméstica absorvida pela importação de bens de capital por exemplo, ponto importante para verificar possíveis barreiras a expansão industrial, conforme mencionado em capítulos anteriores deste trabalho. Uma distinção de suma importância para uma análise como esta é, sem dúvidas, a intensidade tecnológica das atividades industriais, já que as indústrias mais importantes quando se fala em desindustrialização certamente são as de maior valor agregado, nos gráficos a seguir, que agregam a produção por intensidade tecnológica, foi considerada taxonomia da OCDE para classificação e escolha dos respectivos NCM que representam atividades econômicas de alta e médio-alta intensidades tecnológicas.

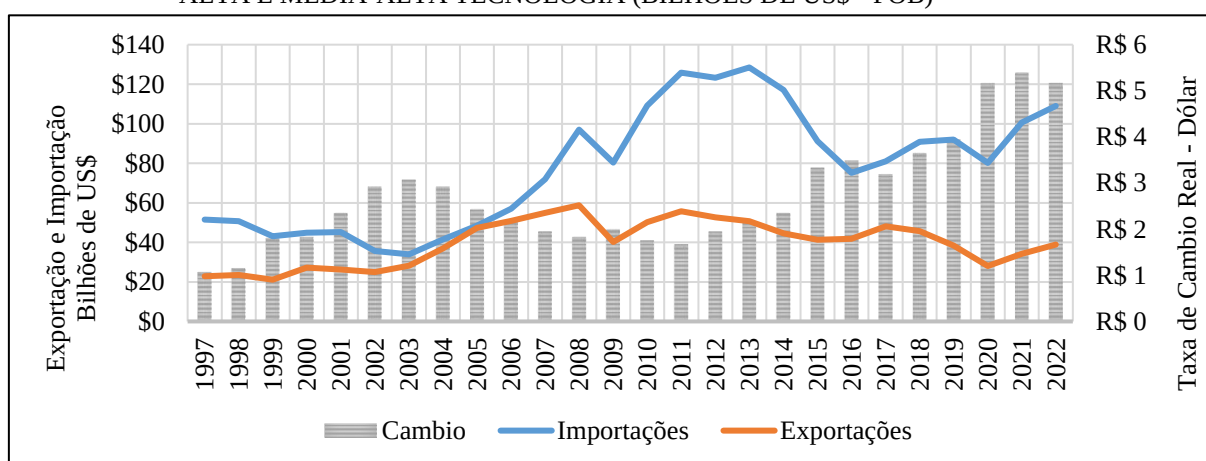
GRÁFICO 2.1 - EXPORTAÇÃO X IMPORTAÇÃO: PRODUTOS INDUSTRIAIS DE ALTA E MÉDIA-ALTA
TECNOLOGIA (MILHÕES DE TONELADAS LÍQUIDAS)



FONTE: Elaboração do autor com dados do COMEXTAT

O gráfico 2.1 mostra períodos de déficit e superávit da balança comercial destes produtos em quantidade (Quilogramas Líquidos), em 2023 a importação foi cerca de 24,3% maior que a exportação em volume absoluto, o que representa déficit considerável. A tendencia de déficit comercial deste tipo de produto pode ser observada, no período que vai de 2008 a 2014 e, mais recentemente, a partir de 2018, estes dois períodos condizem, grosso modo, com momentos de maior apreciação cambial, e os momentos em que se viu superávit, maior depreciação cambial.

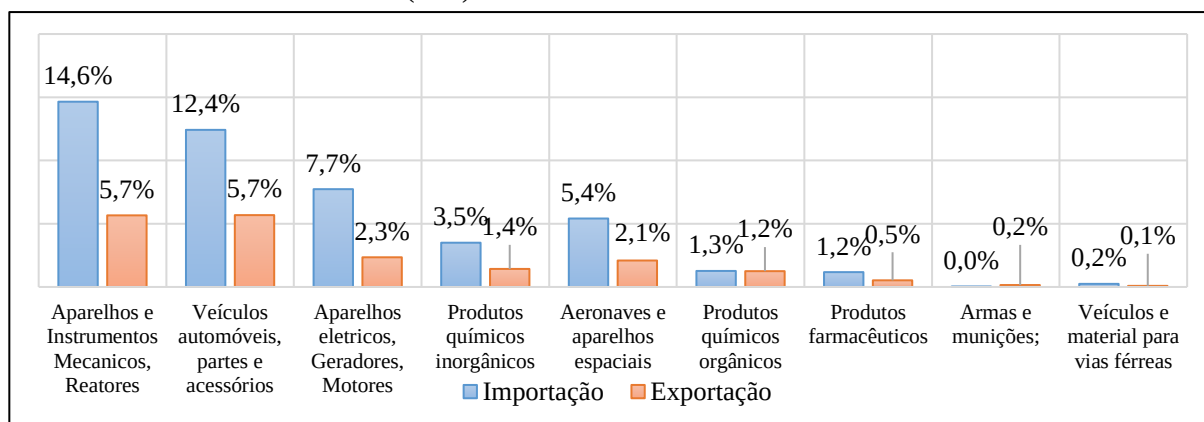
GRÁFICO 2.2 – EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO X TAXA DE CÂMBIO: PRODUTOS INDUSTRIAIS DE ALTA E MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA (BILHÕES DE US\$ - FOB)



FONTE: Elaboração do autor com dados do COMEXTAT

O gráfico 2.2 mostra a mesma relação de importações e exportações, porém, em dólares (valores deflacionados pelo CPI – Consumer Price Index), mostrando de fato certa deterioração dos termos de troca destes produtos, ao passo que o déficit em termos monetários é proporcionalmente maior, ao passo que as exportações em 2023 por exemplo, foram 38,1% menores que as importações em termos monetários. Ao se dividir os preços pelas quantidades brutas do produto exportado e importado, tem se uma defasagem média de 3,1 “dólares por quilo” do produto nacional em relação ao importado. O gráfico em questão também mostra a sensibilidade das exportações em relação ao câmbio, ao passo que o período de depreciação cambial de 2005 a meados de 2014 apresentou também os maiores índices de importação.

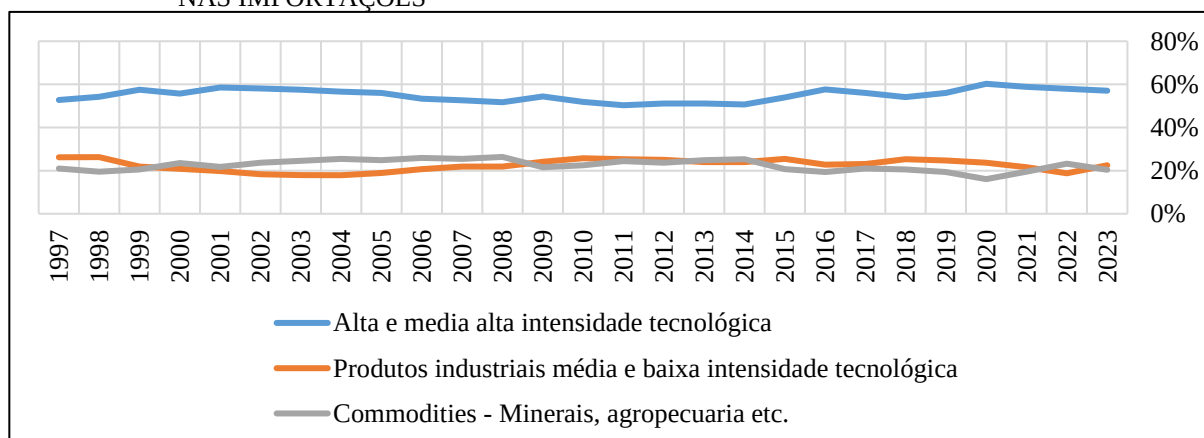
GRÁFICO 3.1 - PARTICIPAÇÃO MÉDIA DE BENS DE ALTA E MÉDIA ALTA INTENSIDADE TECNOLÓGICA NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES (1997-2023), POR TIPO DE PRODUTO- NCM (SH2)



FONTE: Elaboração do autor com dados do COMEXTAT

Decompondo os dados agregados que representam toda a produção de alta e média alta tecnologia, podemos observar através do gráfico 3.1 a participação de cada classe de produto para as exportações totais brasileiras, é possível constatar que os produtos com maior participação na importação correspondem ao NCM (SH2) 84: (Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes), produto agregado que contém, dentre outros, bens de capital importantes a expansão da indústria (presentes também no grupo 85 – aparelhos elétricos).

GRÁFICO 4.1 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE DIFERENTES TIPOS DE PRODUTO NAS IMPORTAÇÕES

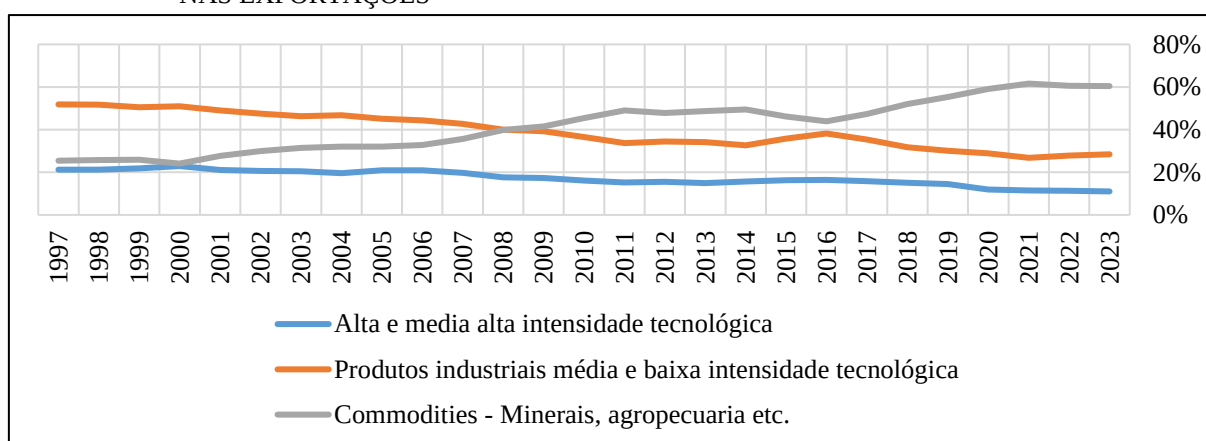


FONTE: Elaboração do autor com dados do COMEXTAT (1997-2023)

Em relação aos outros grupos de produtos exportados e importados é possível observar através dos gráficos 4.1 e 4.2, respectivamente, a evolução da participação das Commodities,

produtos industriais de Alta, média e baixa intensidades tecnológicas nas importações e exportações brasileiras, os gráficos mostram que a participação dos produtos de alta e média alta intensidade tecnológica se manteve estável ao longo do período, a participação destes produtos nas importações totais em 1997 era de 52,8%, enquanto em 2023 foi de 57,1%. Quanto as importações, este tipo de produto nunca superou a marca de 22,9% alcançada no ano 2000, apresentando forte queda para 11% do total em 2023, neste gráfico também é possível observar a crescente importância das Commodities para as exportações brasileiras, com crescimento vertiginoso a partir do ano 2000, passando de 24,1% para 60,4% das exportações totais do país.

GRÁFICO 4.2 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE DIFERENTES TIPOS DE PRODUTO NAS EXPORTAÇÕES



FONTE: Elaboração do autor com dados do COMEXTAT

Os dados aqui apresentados corroboram com a tese dos autores estudados, ao passo que constata uma estagnação quanto a participação do setor no PIB, com queda significativa principalmente no período que vai da crise econômica e política vivida pelo país após 2014. Os dados também mostram o crescimento da importância das exportações de produtos primários, commodities de origem agropecuária e mineral, que em 2023 representaram cerca de 60% das exportações totais brasileiras, enquanto as exportações de produtos industriais apenas caíram no período. Além disso, acerca do valor agregado e nível tecnológico dos produtos industriais exportados, é possível constatar que a maioria destes é de baixa e média intensidade tecnológica.

Estas características podem explicar em parte as disparidades entre o volume e o valor do produto industrial total exportado e importado pelo país, enquanto as quantidades em volume bruto se assemelham, o valor total de importação foi cerca de 38,1% maior que o valor

exportado. Este fato somado ao aumento da participação das commodities principalmente nas exportações, podem representar uma fragilidade da balança comercial brasileira, dependente de produtos de menor valor agregado, alta flutuação internacional de preços e de oscilações cambiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do século XX, o Brasil passou por diversas e distintas etapas do chamado processo de desenvolvimento e industrialização, principalmente a partir de 1945, com o início do curso de um processo tardio de substituição de importações, processo que se esgotaria em meados dos anos 1990 com sucessivas crises pela qual passaram não só o país, mas a economia mundial como um todo. O apogeu da industrialização no país se daria em meados de 1980, depois de inúmeros períodos de investimento privado e estatal, políticas desenvolvimentistas e endividamento, após esse período, ocorre um claro declínio na participação da indústria no PIB brasileiro, principalmente se tratando da indústria de transformação e de alta e média alta tecnologias.

Este tópico foi e é abordado por inúmeros autores, dando espaço a rica discussão acerca do possível processo de desindustrialização precoce enfrentado pelo país a partir do período mencionado, suas causas e consequências, a dúvida se seria apenas um processo natural, comum as economias que atingissem determinado estado de desenvolvimento ou um processo anormal, precoce, que teria o poder de sabotar o próprio processo de desenvolvimento de um país ainda considerado “emergente”. Parece haver certo consenso entre os autores aqui citados, que apesar de discordarem “em gênero, número e grau” acerca da natureza deste processo, concordam que em algum nível a indústria, ou está em pleno declínio, ou crescendo menos do que deveria, em plena estagnação. As análises realizadas nesse trabalho através de dados públicos recentes acerca da participação do setor na balança comercial e no PIB parecem corroborar com essa conclusão.

Hoje, o país se insere em um contexto em que, mesmo os países que passaram por um processo denominado “natural” de desindustrialização buscam a reindustrialização através de pesados investimentos públicos e incentivos privados à inovação, expansão das atividades industriais, pesquisa e desenvolvimento etc. A pandemia de COVI-19, cujo ápice se deu no início da década de 2020, desnudou a fragilidade das cadeias de suprimento globais, foi um período em que até mesmo países do chamado “norte” global desenvolvido passaram por momentos de escassez de insumos básicos, mostrando uma nova face geopolítica de um problema antes tido como apenas econômico. As autoridades desses países hoje se perguntam, seria a financeirização e o processo de “terceirização” da produção à países como a China, um sério risco a integridade econômica, bem-estar e até mesmo soberania nacional?

Hoje, parece praticamente inviável que países, principalmente os de proporções continentais como o Brasil, desenvolvam no curto prazo os setores que necessitam de

desenvolvimento a fim de mitigar estes novos desafios globais, no entanto, é importante se ter em vista estas questões que se impõe principalmente em momentos adversos, a reindustrialização e a maior autonomia produtiva são tópicos que merecem a devida atenção da sociedade brasileira, ao passo que guerras, pandemias e demais situações de calamidade global podem ter consequências catastróficas para a economia do mundo inteiro, discussões acerca de abordagens e políticas industriais são de suma importância. Outra questão que permeia este debate, é o papel dos países emergentes, em desenvolvimento e subdesenvolvidos neste novo contexto global, países que historicamente arcam com as piores consequências destes desdobramentos adversos, como se articular para evitar estas consequências? Como atingir patamares maiores de desenvolvimento em um contexto institucional internacional que, segundo alguns autores como Chang (2010) ativamente sabotam seu desenvolvimento

Em todo caso, a compilação dessas análises contextuais e rica bibliografia pinta um retrato da complexidade da desindustrialização no Brasil, um país que enfrenta o desafio de reverter essa tendência em meio a um contexto global de intensa competição econômica e avanços tecnológicos rápidos. A necessidade de políticas integradas que contemplem estímulos à inovação, ao desenvolvimento tecnológico e à competitividade internacional emerge como consenso entre os estudiosos, sublinhando a importância de repensar o modelo de desenvolvimento econômico do Brasil para assegurar um futuro sustentável e próspero para sua indústria e economia como um todo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, P. N. "O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos". In: BATISTA SOBRINHO, B.L. et al. **Em Defesa do Interesse Nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência**. Brasília: Confederação Nacional da Indústria – CNI, 2010. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/16cfc398-0adf-401a-92b2-63af14a246c0/content>; Acesso em: 17/04/2024

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Substituição de poupança interna pela externa: o caso do Brasil. In: **Macroeconomia da Estagnação**. São Paulo: Editora 34, 2007. p. 149-166.

CANO, Wilson. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: UNESP, 2007.

. _____. "A desindustrialização no Brasil". **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.
<<https://www.scielo.br/j/ecos/a/n6w4hPXXK6zwZ3YJYTmQGjLJ/?lang=pt>>. Acesso em: 01/05/2022

_____. "(Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento" **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, v. 9, n. 15, p.139-74. Jul.-Dez. 2014. <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/118> > Acesso em: 02/05/2022.

CHANG, H-J. Chutando a escada. São Paulo: UNESP, 2004.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social da América Latina 2021**. Santiago: CEPAL, 27/jan. 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11362/47719>. Acesso em: 19/05/2022.

CONSIDERA, Cláudio; TRECE, Juliana. "À Beira da Extinção". Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2022. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2022-10/texto-de-discussao-6-a-beira-da-extincao.pdf>. Acesso em: 21/02/2024.

FIORI, José Luiz. et al. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HILFERDING, Rudolf. Finance Capital: **A Study of the Latest Phase of Capitalist Development**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981.

LACERDA, A. C. de et al. **Economia brasileira**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MAIA, Bento Antunes de Andrade. "Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014". **Economia e Sociedade**,

Campinas, v. 29, n. 2 (69), p. 549-579, maio-agosto 2020. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n2art08>. Acesso em: 09/04/2024.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. “Crise, Capital Fictício e Afluxo de Capitais Estrangeiros no Brasil”. **Caderno CRH**. Salvador: v. 26, n. 67, p. 65-78, jan.-abr. 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Grz3MZPxN5BjrcpnM7QK8RJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07/06/2022.

MARX, Karl. **O Capital** Vol. III. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATOS, Patricia Oliveira; **Análise dos Planos de Desenvolvimento Elaborados no Brasil após o II PND**; Piracicaba SP; 2002

MAZZUCHELLI, Frederico. **Os Anos de Chumbo**: Notas sobre a Economia e a Política Internacional no Entre-Guerras. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MOREIRA, Mauricio M.; CORREA, Paulo G. “**Abertura comercial e indústria**: o que se pode esperar e o que se vem obtendo”. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Disponível em:
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/15681>. Acesso em: 08/06/2022.

MOURA, Gustavo; ARAUJO, Elisangela. “A desindustrialização no Brasil e o caso da indústria da saúde: trajetória recente e os desafios no contexto da pandemia do Covid-19”. **A Economia Em Revista – AERE**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, v. 29, n. 2, p. 75-85, jan.-abr. 2021. Disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/62971>. Acesso em: 02/05/2022.

NASSIF, André; MORCEIRO, Paulo César. “**Industrial Policy for Prematurely Deindustrialized Economies after the Covid-19 Pandemic Crisis: Integrating Economic, Social and Environmental Goals with Policy Proposals for Brazil**”. Rio de Janeiro: FE-UFF, 2021. Disponível em: <http://economia.uff.br/wp-content/uploads/sites/584/2021/11/TD-351.pdf>. Acesso em: 02/05/2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

RODRÍGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

SERRANO, F. “Do ouro imóvel ao dólar flexível”. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 237-253, jul./dez. 2002.

SILVA, Bruno Humberto Alves. “Capital Financeiro enquanto forma do capital: uma hipótese preliminar de leitura do conceito na obra de Hilferding”. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Rio de Janeiro, 2017.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

_____. “Desnacionalização e vulnerabilidade externa”. Folha de São Paulo, Lições Contemporâneas, 03.dez.2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0312200013.htm>. Acesso em: 08/06/2022.

TEIXEIRA, Aloísio. **O ajuste impossível**: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

VERNENGO, M. “Pateando la escalera también: Los bancos centrales en perspectiva histórica”. Circus Revista argentina de economia, n. 6, primavera de 2014